

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA DECLARAÇÕES POLÍTICAS REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

----- **ATA NÚMERO QUINZE** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo e quadragésimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Tiago Crispim Rosado, Natalina Nunes Esteves

Pires Tavares de Moura, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Nelson Pinto Antunes, João Diogo Santos Moura, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, e Margarida de Morais. -----

----- Faltou à reunião a seguinte Deputada Municipal: -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, José Sá Fernandes, Duarte Cordeiro, Jorge Máximo e Rui Franco (em substituição do Vereador João Afonso). -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Manuel Pimenta Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira, Carlos Moura e João de Matos Bernardino. -----

----- Às dezasseis horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente** cumprimentou os presentes, e pediu aos Srs. Deputados para tomarem os seus lugares para se passar a ouvir condignamente o público inscrito.

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do Público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Maria de Lurdes Pinheiro**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Venho aqui dar-vos conta do sobressalto que causou, no Bairro de Alfama, a notícia de que entre as onze esquadras da PSP que o Governo pretende encerrar em Lisboa, está a 15ª Esquadra, no Largo do Museu Militar, que serve a população de Alfama e da Freguesia de São Vicente, e também os milhares de turistas que nos visitam.* -----

----- *É preciso ter presente que aqui se situam, entre outros, o Terminal de Cruzeiros, a Feira da Ladra, a Feira Urbana, duas escolas secundárias, duas escolas superiores e a Estação de Santa Apolónia.* -----

----- *Apesar de muitas dificuldades, com destaque para a nítida falta de efetivos, esta esquadra tem sido a base de um trabalho de vários anos envolvendo a Polícia, as Juntas de Freguesia e a população, para combater e contrariar sentimentos de insegurança.* -----

----- *Aqui, como eu própria tive oportunidade de ver na prática, o policiamento de proximidade foi e é uma realidade.* -----

----- Este resultado, reconhecido pelos moradores, pelos idosos, pelas instituições e até pelas estatísticas, foi conseguido essencialmente porque a esquadra está naquele local, perto das pessoas. -----

----- Os moradores e os comerciantes não querem perder isto. E sabem que as coisas podem piorar muito, se a esquadra encerrar. A insegurança irá aumentar entre a população, maioritariamente idosa. -----

----- É de recear que haja mais assaltos e que fique mais facilitado o tráfico de droga.

----- Percebe-se que seja mais agradável acalmar as pessoas e afastar estes receios. Mas o que está em marcha é um processo que não é novo e que justifica que as pessoas se juntem, organizem e procurem travá-lo. Este facto não se altera por afirmações de responsáveis da PSP ou outros, pelo menos até vermos uma decisão concreta. -----

----- Sem esta decisão não é aceitável virem dizer às pessoas que a esquadra não fecha e até vai ser reforçada. Como todos sabemos, não é isso que está previsto na proposta do Governo, da PSP e, ao que parece, também da CML. -----

----- Levar a Divisão de Segurança nos Transportes Públicos para a 15ª Esquadra não é a mesma coisa que ter ali uma esquadra com efetivos disponíveis para a população. Queremos que a esquadra se mantenha, com pessoal fixo, na rua e no atendimento, para ajudar a prevenir e resolver problemas e para continuar a apoiar os idosos. Não queremos um posto de informação, que não passará disso, mesmo com a Divisão de Segurança nos Transportes Públicos no mesmo prédio. -----

----- Do Governo, da PSP, da Câmara e da Assembleia Municipal, de todas as entidades que possam ter uma palavra a dizer, exige-se que seja assumido o compromisso e que seja tomada a decisão de não encerrar a 15ª Esquadra. -----

----- Para apoiar esta exigência, foi lançado um abaixo-assinado, que neste momento já tem mais de mil subscritores. Esperamos que os órgãos do Município saibam ouvir as nossas razões e agir em conformidade.” -----

----- (Foi entregue um documento à Mesa, o qual se junta à presente ata como Anexo 1, e dela faz parte integrante.) -----

----- **Cecília da Conceição Sales**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Governo PSD/CDS decidiu, a Troika ordenou e as empresas públicas de transportes cumprem – suprimem, encurtam e reduzem carreiras, diminuindo a mobilidade de quem vive e trabalha em Lisboa, com condições de acessibilidade cada vez piores. -----

----- O transporte público não tem como objetivo dar lucro pois trata-se de um serviço público. -----

----- Descarregar sobre os trabalhadores, os reformados, os idosos, os custos do Estado, cortar carreiras e serviços a populações envelhecidas e cada vez mais pobres, com dificuldades de mobilidade, provocando cada vez mais o seu isolamento, não são políticas dignas, mas sim políticas que revelam uma grande insensibilidade social e um alheamento completo da realidade das famílias que vivem e trabalham em Lisboa. -----

----- *Os problemas de mobilidade não se resolvem, nesta cidade, com cortes de carreiras, com aumentos nas tarifas, nem com estes cortes cegos no planeamento e gestão da rede de carreiras da Carris, conforme está à vista.* -----

----- *Na cidade, o transporte público, como serviço público de direito das pessoas, deve ter ganhos em tempo, em qualidade ambiental, em qualidade de vida, em dinâmica económica no plano local e regional e deveriam ser esses os principais objetivos de todos os que estão envolvidos no planeamento e gestão das cidades.* -----

----- *Mas não é nada disso que se passa! Porque provavelmente a questão central da política de transportes é mesmo uma questão de classe.* -----

----- *Quando se apregoa a diminuição do número de carros a entrar na cidade contrapondo o aumento da cobertura do transporte público como alternativa ao transporte individual, para melhorar a circulação na cidade;* -----

----- *Quando os investimentos da modernização do material circulante, através do Orçamento de Estado, não se fazem, pondo em risco a segurança dos utilizadores;* -----

----- *E quando se adivinha um plano de privatização do transporte público.* -----

----- *Só podemos concluir que a supressão destas carreiras e a provável fusão da Carris com o Metro visam entregar linhas e carreiras aos privados, com o conseqüente despedimento dos trabalhadores deste serviço público, e a degradação na oferta aos utilizadores.* -----

----- *Nos Olivais, voltámos ao ano de dois mil e oito, e aos problemas que uma freguesia desta dimensão geográfica e populacional tem a nível do planeamento do transporte público, questão que a Carris desvaloriza, prejudicando a mobilidade dos moradores, com os constantes transbordos a que são obrigados para terem acesso às diferentes centralidades da Cidade.* -----

----- *São duas as carreiras que a Carris pretende suprimir ou encurtar o seu percurso:* -----

----- *- Carreira 722 - Portela-Marquês – Supressão. É uma das carreiras mais utilizadas em substituição do transporte privado e uma das carreiras de maior necessidade para os passageiros que, não morando em Lisboa, trabalham na cidade.*

----- *É uma carreira de circuito médio (que tem vindo a ser sucessivamente encurtada nas várias Redes 7 da Carris) e, portanto, não se pode considerar que o tempo entre o seu início (Portela – Rua dos Escritores) e o seu término (Praça de Londres) de cerca de 43 minutos, justifique a sua divisão em mais do que um circuito e, muito menos, a sua supressão!* -----

----- *- Carreira 705 – Areeiro – Gare do Oriente – Encurtamento. Alteração do percurso no interior da Freguesia dos Olivais, a partir da Quinta do Morgado, etc.* --

----- *A população dos Olivais não ficará passivamente a assistir a mais uma tentativa de desmantelamento dos serviços de transporte público, a exemplo do que já fizemos anteriormente, com grande luta e persistência dos seus moradores.* -----

----- *Para concluir, e em nome da Comissão de Utentes de Transportes dos Olivais, existente desde dois mil e oito, gostaria de saber:* -----

----- *1. Se a Câmara Municipal de Lisboa tem conhecimento dos motivos da supressão e encurtamento de percurso das carreiras acima referidas.* -----

----- 2. *Se foi consultada, qual foi o seu parecer a mais estes cortes.* -----
----- 3. *Que medidas tomará para impedir e repor urgentemente as carreiras em causa na Freguesia dos Olivais, assegurando um nível mínimo de qualidade no serviço de transportes nos Olivais.*” -----

----- (Foi entregue um documento à Mesa, o qual se junta à presente ata como Anexo 2, e dela faz parte integrante.) -----

----- **A Senhora Presidente**, terminado o Período de Intervenção do Público, deu-o por encerrado, declarando aberto o Período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária mensal para Declarações Políticas, que consistia nos seguintes pontos:

----- **1. Intervenções;** -----

----- **2. Votações.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente**, em seguida, comunicou que iriam passar ao debate, cujo formato consistia em oito minutos para uma intervenção inicial por cada Grupo Municipal e para o conjunto dos Deputados Independentes. -----

----- A seguir a cada intervenção inicial, podiam os restantes grupos municipais fazer perguntas, sendo que o conjunto das perguntas às várias intervenções iniciais não podia exceder quinze minutos por cada grupo municipal e pelo conjunto dos deputados independentes e, finalmente, cada Grupo Municipal tinha novamente quatro minutos para concluir a intervenção e as respostas. -----

----- Durante o debate a CML disporia de dez minutos para prestar depoimentos ou para se pronunciar sobre algum dos documentos apresentados.

----- Transmitiu que a Mesa informava ainda que haviam dado entrada, para serem votados no final daquela sessão, seis documentos que identificaria a seguir. -----

----- A Moção n.º 1, apresentada pelo PS, era sobre o tema do arrendamento urbano, “Pela revogação imediata da Lei n.º 31/2012 (...)”. A Moção n.º 2, apresentada pelo BE, era sobre as questões de igualdade, “Por uma solução face ao encerramento do Centro LGBT de Lisboa”. -----

----- Havia três documentos relacionados com a questão dos transportes - que acabara de também ser suscitada por uma pessoa do público - A Moção n.º 3, do PCP, “Contra os cortes de carreiras da CARRIS e contra a concessão de transportes públicos a privados” (aquela Moção tinha uma ligeira retificação, de que dariam notícia antes da votação); Depois, tinham a Recomendação n.º 1 do PEV, intitulada “Em defesa dos transportes públicos e de qualidade na cidade de Lisboa”; E tinham a Recomendação n.º 2 do BE, “A favor duma parceria pública-pública para a gestão dos transportes públicos na cidade de Lisboa”. -----

----- Finalmente, havia um último documento, apresentado pelo CDS/PP, “Mercados de Lisboa”, que também tinha uma ligeira retificação. -----

----- Comunicou que estava a ser distribuído o Guião das Votações, para os Srs. Deputados saberem a ordem das votações, e a Mesa informava que aqueles documentos, Moções e Recomendações, apresentados nas Declarações Políticas ou apresentados em PAOD, a Mesa passaria a ordená-los por temas e os temas eram iguais aos nomes das Comissões Permanentes. -----

----- Aquilo facilitava muito a monitorização do que acontecia às coisas que eram ali aprovadas. Precisavam de ter uma forma de acompanhar o que se passava ali nas decisões e, portanto, a ordem da votação passaria a ser de acordo com os temas das Comissões que os Srs. Deputados conheciam. -----

----- Explicou que no fim das votações as Moções e Recomendações aprovadas seriam enviadas a todas as entidades indicadas no respetivo documento, e também à Comissão Permanente respetiva para que, caso quisesse fazer o acompanhamento, pudesse ter conhecimento dos documentos que a Assembleia ia aprovando sobre matérias da sua responsabilidade. -----

----- Concluiu, informando que em seguida teriam a palavra os Grupos Municipais para Declarações Políticas, por ordem de inscrição. -----

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PAN -----

----- (Esta Declaração Política, apresentada e subscrita pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Santos, em representação do Grupo Municipal do PAN, junta-se à presente ata como Anexo 3, e dela faz parte integrante.) -----

MOCÃO NÚMERO UM -----

----- “Pela revogação imediata da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto” -----

----- (Esta Recomendação, subscrita pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho, em representação do Grupo Municipal do PS, junta-se à presente ata como Anexo 4, e dela faz parte integrante.) -----

MOCÃO NÚMERO DOIS -----

----- “Por uma solução face ao encerramento do Centro LGBT de Lisboa” -----

----- (Esta Recomendação, subscrita pela Sr. Deputado Municipal Ricardo Robles, em representação do Grupo Municipal do BE, junta-se à presente ata como Anexo 5, e dela faz parte integrante.) -----

MOCÃO NÚMERO TRÊS -----

----- “Contra os cortes de carreiras da CARRIS e contra a concessão -----

----- de transportes públicos a privados” -----

----- (Esta Recomendação, subscrita pelo Sr. Deputado Municipal António Modesto Navarro, em representação do Grupo Municipal do PCP, junta-se à presente ata como Anexo 6, e dela faz parte integrante.) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM -----

----- “Em defesa dos transportes públicos e de qualidade na cidade de Lisboa” -----

----- (Esta Recomendação, subscrita pelo Sr. Deputado Municipal Sobreda Antunes e pela Sr.ª Deputada Municipal Cláudia Madeira, em representação do Grupo Municipal do PEV, junta-se à presente ata como Anexo 7, e dela faz parte integrante.) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS -----

----- “A favor duma parceria pública-pública para a gestão dos transportes públicos -----

----- na cidade de Lisboa” -----

----- (Esta Recomendação, subscrita pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Robles, em representação do Grupo Municipal do BE, junta-se à presente ata como Anexo 8, e dela faz parte integrante.) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS -----

----- “Mercados de Lisboa” -----

----- (Esta Recomendação, subscrita pelo Sr. Deputado Municipal Diogo Moura, em representação do Grupo Municipal do CDS-PP, junta-se à presente ata como Anexo 9, e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que estava em curso, pelo governo PSD/CDS-PP, o processo de concessão de transportes públicos a privados, abrangendo o Metropolitano de Lisboa e do Porto, a CARRIS, o STCP, e a TRANSTEJO-SOFLUSA. -----

----- Continuou, dizendo que tal operação, integrada no memorando de entendimento e divulgada pelo FMI e Comissão Europeia, teria lançamento previsto no fim de março. Seriam concessões de quinze anos, depois dos desastres de tantas parcerias público-privadas, que tinham um dos expoentes máximos no Metro a Sul do Tejo, em prejuízos imensos desde havia anos, cobertos pelo Estado, com o dinheiro dos contribuintes, tal como acontecera e acontecia na FERTAGUS. -----

----- Prosseguiu, explicitando que eram empresas e concessões que ainda por cima não estavam integradas no passe social intermodal. As lições que era necessário tirar, não eram tiradas quando se tratava de faltar os abutres, que estavam de novo perfilados para comerem a carne que o Governo lhes oferecia, enquanto os ossos; os aumentos de preços, as deficiências dos serviços privados, os problemas e as dívidas, ficavam para serem pagas pela maioria da população das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, por aqueles que trabalhavam e pagavam os seus impostos. -----

----- Frisou que nos países civilizados, nos que não eram protetorados nas mãos do FMI e da Alemanha, do BCE e da Comunidade Europeia, os transportes e a mobilidade eram entendidos e geridos, tendo em conta as economias e o desenvolvimento integrado das regiões e de cada país. Tratava-se de uma questão estratégica e nuclear para a vida dos trabalhadores e das empresas, para o direito das populações a transportes eficientes e de qualidade, no dia-a-dia de trabalho, nas horas de lazer e de encontro com a família, à cultura e a outras áreas da vida de todos. -----

----- Referiu que a história dos transportes e da mobilidade era longa, e tivera então mais cortes por parte da CARRIS, que suprimira carreiras e fizera encurtamento de outras, na continuação da degradação do serviço público, que visava criar mais desconforto e revolta. -----

----- A supressão de carreiras e horários e a já ensaiada fusão da CARRIS e do Metropolitano visavam aquelas concessões a privados e o despedimento de trabalhadores que, diariamente, asseguravam aquele serviço público, essencial para quem vivia e trabalhava em Lisboa e se deslocava na área metropolitana. -----

----- Disse que a questão da dívida das empresas públicas dos transportes, agitada aos olhos de quem era necessário amedrontar e submeter resultava, como o Governo sabia e até admitia, da política de desorçamentação e subfinanciamentos sucessivos, ao longo dos anos, transferindo a responsabilidade para as empresas do setor empresarial do Estado, com investimentos em infra-estruturas e renovação de frotas, que se viam obrigadas a recurso sistemático à Banca, substituindo o Estado por falta de verbas inscritas nos vários orçamentos. -----

----- Referenciou que a injusta e discriminatória repartição das receitas do passe social intermodal, tinha penalizado as empresas do Estado e favorecido as empresas privadas. Em Portugal, os utentes pagavam diretamente cerca de sessenta por cento dos custos operacionais, o que atestava a fuga às responsabilidades da parte do Estado e dos governos, em serviços públicos essenciais e decisivos para a afirmação do trabalho e da criação da riqueza, para o encontro e a liberdade de circulação, para a vida social económica e cultural, que era imprescindível, e que elevava a qualidade da existência e o crescimento humano necessários à afirmação independente daquele país e daquele povo. -----

----- Explicou que os planos e decisões dos últimos governos configuravam, sempre, formas de tornar mais fáceis e acessíveis as concessões então anunciadas. O plano estratégico de transportes já correspondia de facto a um plano de privatizações. Restruturações necessárias àquele objetivo, cortes de carreiras e horários, situações de manipulação e propaganda que neutralizassem a resistência dos utentes, medidas de redução dos trabalhadores e do preço da força de trabalho, e aumento dos custos para quem tinha de se deslocar todos os dias, e impedimento de deslocações para isolar as pessoas nos redutos, onde viviam já com tantas dificuldades. -----

----- Aquele plano não tinha reflexão nem perspetiva sobre a questão energética, sobre a relação dos transportes e da mobilidade com o aparelho produtivo nacional, sobre a relação de transportes coletivos, de transporte individual, sobre as questões individuais e ambientais, equilíbrio territorial, ordenamento urbano e questões de segurança. -----

----- Tratava-se de um plano estratégico para as concessões e privatizações em parcerias público-privadas, que ficariam de novo às costas de quem trabalhava e das populações, nos prejuízos e custos já tão conhecidos de outras parcerias amigáveis, entre a corrupção, a ganância de mais lucros e a má política dos governos. Nesta nova ofensiva, não eram ouvidos os municípios das áreas metropolitanas, as comissões de utentes que propunham medidas e protestavam contra os cortes dos transportes e aumento dos preços, nem os trabalhadores das empresas. -----

----- Aclarou que a Autoridade Metropolitana de Transportes era uma sombra submetida à mão armada e maioritária do Governo, sem meios financeiros e técnicos. Deveria ser uma autoridade metropolitana democrática e representativa das diversas instituições locais e regionais, com acção e trabalho na procura de soluções adequadas ao desenvolvimento económico da região, à circulação e à mobilidade de pessoas e bens, mas não era. -----

----- Defendeu que tudo não passava de ambições privadas e de concessões preparadas, por quem não via e nem queria ver a realidade dos factos, e queria dar mais proteção e benefícios aos operadores privados, na criação de condições para a ainda maior ruptura de serviços essenciais, que tinham provocado a diminuição de oferta e de utentes. -----

----- Esclareceu que o PCP estava contra aquelas medidas de concessão de transportes e de empresas a quem apenas visaria o negócio, o lucro, à custa do sacrifício dos serviços públicos das populações e dos trabalhadores. A alienação de patrimónios e

empresas estratégicas significaria mais atraso, mais dificuldades nos transportes e na mobilidade, maior dependência do capital estrangeiro, menor independência e soberania. -----

----- Aquele governo era um governo contra a Constituição da República Portuguesa, contra o trabalho, contra o país, contra o desenvolvimento económico, social e cultural e a criação de riqueza. -----

----- Tratava-se apenas de um posto de negócios e de um pombo-correio que levava sempre no bico a boa nova para os patrões do país e do estrangeiro. Estava fora de lei e, portanto, devia ser demitido urgentemente, antes que consumasse aqueles e outros caminhos de lesa pátria e indignidade, comandada pelas troikas e patrões, deliciados com o provincianismo e a obediência cega que o determinava e marcava. -----

----- Transmitiu que apresentavam uma Moção àquela Assembleia Municipal, em defesa das empresas públicas de transportes, do desenvolvimento económico, social e cultural integrado, dos interesses legítimos de quem vivia e trabalhava na região de Lisboa. -----

----- Terminou a intervenção, referindo que aquele órgão municipal tinha de intervir e de se pronunciar contra um processo vergonhoso e servil, que iria ajudar a destruir ainda mais os direitos públicos e a vida de Lisboa e da Área Metropolitana. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que havia duas pessoas inscritas para fazer perguntas ao Sr. Deputado Modesto Navarro. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira Lemos (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que gostava de formular algumas perguntas simples e rápidas, em conformidade com o tempo que tinha disponível. Mesmo sabendo que estava a questionar quem defendia, muitas vezes de uma forma arrogante, a ideologia marxista-leninista, perguntava ao Sr. Deputado se entendia que uma contra atualização, através de um contrato de concessão, era a mesma coisa que a apropriação por privados dos meios de produção. Aquela era a sua primeira pergunta.

----- Continuou, dizendo que gostaria também de ser esclarecido de, se os mesmos marxistas-leninistas, com uns laivos por vezes estalinistas, entendiam que uma concessão com a regulação e a aplicação de um contrato estratégico não eram condições necessárias e suficientes para o Estado controlar de uma forma contínua e sistemática os níveis de serviço, a qualidade, a segurança e a prestação do próprio serviço público de transportes. -----

----- Perguntou também, dirigindo-se aos “inefáveis defensores dos trabalhadores”, se era justo que aqueles trabalhadores mantivessem indefinidamente as restrições dos seus direitos salariais e dos seus direitos contratuais, decorrentes da situação de falência técnica das empresas do Estado, e da impossibilidade do Estado, exíguo nas condicionantes atuais, prestar o apoio económico de que não dispunha, e de meios como, aliás, lhe parecia óbvio e evidente. -----

----- Questionou se entendiam, de uma vez para sempre que, com a contratualização, através da concessão, não existia apropriação dos meios de produção por privados, nem tão pouco se alterava a missão e os valores dos operadores de transporte. Continuavam a ser transportes de serviço público. -----

----- Terminou, dizendo que aquela proposta da reforma do Estado, na mera perspetiva de gestão, que não era a apropriação por privados dos meios de produção, como referira, pois podia sempre em qualquer altura, por incumprimento ser resgatada e, portanto, concluída, não era e não permitia salvaguardar o interesse público, e a efetiva e eficaz manutenção da prestação, aquela sim, do serviço público inequívoco, e que facilitava a vida e uma melhor e maior mobilidade das pessoas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, referiu que ouvira com atenção a Moção do PCP sobre os transportes, e queriam clarificar que o PS, por princípio, era contra o encarecimento das tarifas, a degradação dos serviços, o corte de carreiras, no fundo, a supressão do direito à mobilidade que todos os cidadãos deviam usufruir. -----

----- Continuou, dizendo que também queriam lembrar que aquele debate tinha sido assiduamente tratado ali na AML, naquele início de mandato, e lembrava o Sr. Deputado que ainda na reunião anterior haviam discutido o plano de acessibilidade, que estava relacionado com aquela matéria e, conjuntamente, fora aprovada uma Moção que lançava um debate sobre temas estruturantes entre o Governo e o Município de Lisboa. -----

----- Concluiu, dizendo que, no âmbito daquele debate que devia ser frutífero e não devia ser realizado com preconceitos à partida, a questão que formulavam ao PCP era se estaria disponível para debater um modelo de sustentabilidade do sistema de transportes na área metropolitana de Lisboa, em que se incluía, naturalmente o concelho de Lisboa, e se naquele âmbito, estava disponível para debater também o reforço das competências da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)**, no uso da palavra, começou por saudar o Sr. Deputado Modesto Navarro por ter levado aquele tema à AML. -----

----- Continuou, referindo que pensava que a Moção que lhes trazia tratava de dois pontos essenciais. Um deles tinha a ver com o sucessivo sub-financiamento das empresas de transporte público - sucessivos Governos PS e PSD haviam subfinanciado aquelas empresas que se haviam afundado em dívidas aos Bancos, e então a dívida financeira e os juros que pagavam aos bancos eram muito superiores aos seus chamados prejuízos operacionais. Aquela era um primeiro problema que era ali bem retratado naquela Moção. -----

----- Aludiu a que o segundo problema tinha a ver com a gestão daquelas empresas, absolutamente centralizada no Governo e longe das formas de decisão democrática local, quer a nível metropolitano, quer ao nível da própria CML. Sabiam também que a política do Governo até então tinha sido a de desmantelamento das empresas públicas de transportes; despediam-se trabalhadores, aumentavam-se preços, perdiam-se passageiros e o resultado daquela política era, de facto, um sistema público de transportes menos viável que aquele que existia anteriormente. Até porque o problema daquelas empresas não era um problema operacional, era um problema financeiro; dívida financeira e juros. -----

----- E, finalmente, percebia-se que o objetivo daquelas políticas não era melhorar o sistema de transporte, nem torná-lo mais sustentável, era exatamente torná-lo rentável, para depois o concessionar a privados ou para vendê-lo a privados, e era ali que estavam atualmente, e toda a gente se tinha pronunciado a respeito daquilo. -----

----- Terminou, referindo que sabiam a posição do Governo, sabiam a posição dos Grupos Municipais ali presentes, não sabiam a opinião da CML e, portanto, gostariam de perguntar ao Sr. Deputado do PS se não achava que já tinha passado tempo demais sem que aquela Assembleia, e os cidadãos que habitavam em Lisboa, pudessem conhecer qual a posição da CML relativamente àquela matéria tão importante para todos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (PS)**, no uso da palavra, disse que, sem prejuízo da intervenção que se viesse a fazer na altura da discussão das Moções, gostava de colocar duas ou três perguntas relativamente àquilo que tinha sido a intervenção do Sr. Deputado Modesto Navarro e a algumas coisas que entretanto tinham sido ditas. -----

----- Começando pela última intervenção, a posição da CML, pelo menos que soubesse, em dois momentos eleitorais com que se apresentara aos cidadãos de Lisboa, e estava bastante claro qual era a sua posição relativamente àquilo, bem como aquilo que fora sendo tomado, nomeadamente no mandato anterior, e acreditava que no atual mandato também iria prosseguir. -----

----- Continuou, dizendo que na segunda questão, relativamente ao assunto que ali estava a ser discutido, o que queria perguntar era o seguinte; Continuar a manter-se uma confusão e uma certa relutância em discutir aquilo que era o controlo político do planeamento e gestão do sistema de transportes públicos da Cidade e do seu financiamento, com aquilo que era a entidade que operava o sistema, não lhe parecia que fosse um ponto que permitisse progredir em relação à situação em que se estava atualmente. -----

----- Para quem achasse que quando tudo estava pior melhor, talvez fosse aquele o melhor caminho a progredir. Se fossem ver as experiências, interessantes, desenvolvidas por mais de uma dúzia de municípios do país, em relação aos sistemas de transporte, podiam encontrar as mais variadas situações; Desde sistemas integralmente operados por municípios, que os integravam numa área de prestação de serviços municipais, onde estavam por exemplo, o abastecimento de água, saneamento, recolha de lixo e os transportes, fossem eles escolares, fossem eles mais gerais, até situações de parceria entre município e operadores privados que já tinham algumas redes que eram importantes na zona, até situações de planeamento e definição do serviço de transportes por parte do município e, depois, contratualização com entidades privadas para a sua operação. -----

----- Explicou que se fossem ver o que se passava no país, verificariam que a opção por uma ou outra daquelas situações não tinha a ver com a cor política de quem estava a governar a Câmara, tinha a ver com as condições reais e objetivas que se apresentavam em cada um dos municípios, e a pergunta que ali deixava era a seguinte; Se o PCP excluía à partida qualquer uma daquelas soluções que já haviam sido

testadas no país, com sucesso, e continuava a bater-se por uma posse e por uma operação exclusivamente pública do sistema de transportes ou, pelo contrário, se estava aberto a analisar com objetividade aquilo que tivesse sido a rica experiência dos municípios do país, que haviam optado por assumir o controlo dos transportes coletivos, e a partir daquelas lições e daquilo que era a realidade objetiva da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana, optar pelo modelo que mais lhe convinha. -----

----- Findou a intervenção, aproveitando para dizer que a Comissão de Transportes da AML em conjunto com o Grupo Municipal do PS e dos Cidadãos por Lisboa, iria propor que aquele fosse um dos temas dos próximos debates da AML, para poderem ter uma visão mais alargada e, sobretudo, mais tempo para debater uma questão que era absolutamente essencial para a Cidade e para a área metropolitana. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para a sua intervenção final destinada a respostas, começou por perguntar à Senhora Presidente de quanto tempo dispunha. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que o Sr. Deputado em princípio disporia de quatro minutos, mas como tinha quinze minutos das perguntas, se fosse preciso far-se-iam compensações nos quinze minutos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, iniciou então a sua intervenção final destinada a respostas, dizendo que o PCP era muito claro; Excluíam à partida qualquer solução que prejudicasse o serviço público e as populações da Cidade e da área metropolitana. -----

----- Prosseguiu, esclarecendo que sabiam das experiências que tinham sido feitas e, pela experiência própria, a do Barreiro, e daí era necessário tirar algumas conclusões, porque aquela inclinação para abrir a porta através das concessões, para envolver os municípios e não só os municípios, não seriam só as câmaras a pagar, era depois através de taxas às populações de cada concelho, que se iam financiar serviços públicos, que deviam ser assegurados pelo poder central. Era assim que estava na Constituição da República. -----

----- Acreditava que respondera ao Sr. Vereador Fernando Nunes da Silva, e guardavam então todas aquelas questões para a discussão que viessem a fazer naquela Assembleia. -----

----- Em relação à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, transmitiu que em parte, obviamente que estavam de acordo com aquilo que ela dissera, mas não estavam de acordo com aquilo que abria a proposta que ela apresentara àquela Assembleia para ser votada, que era de uma parceria privada/privada, portanto, a divisão das responsabilidades entre o Município de Lisboa e o poder central. Com aquilo não estavam de acordo e, portanto, iriam votar claramente contra. -----

----- Referiu-se então ao Sr. Deputado João Pinheiro, que formulara algumas questões e falara de se falar sem preconceitos, disponíveis para debater. Sim, iam debater. Na parte final da sua intervenção, ele mesmo falara do que devia ser a Autoridade Metropolitana de Transportes, que devia ser composta a nível dos municípios, a nível das instituições regionais, e não a ponta de lança ao serviço do Governo, que era aquilo que acontecia. -----

----- Explicou que o Governo detinha a maioria na administração da Autoridade Metropolitana dos Transportes, e ela era a nulidade que se sabia e conhecia, portanto, que se partisse para aquela discussão e que se obrigasse o governo central a abrir condições para uma Autoridade Metropolitana de Transportes que estivesse interligada, obviamente, com os órgãos metropolitanos, com os municípios, com as instituições, para encontrar as soluções adequadas. -----

----- Esclareceu em seguida, que aquilo não podia ser, de facto, através da contratualização, de que falava com grande pesporrência o Sr. Deputado Ferreira de Lemos. A contratualização era a abertura, de facto, para a passagem dos lucros para as empresas privadas que iam concorrer. E queria deixar-lhe alguns números, do ponto de vista marxista-leninista e do ponto de vista normal, da observação dos factos. -----

----- Prosseguiu, esclarecendo que um dos investimentos do Metropolitano constavam do PIDAC de cada Orçamento de Estado, e haviam sido votados pelo PS, PSD, e CDS. Constavam os investimentos, mas não as verbas para os pagar, portanto, disso resultara maior endividamento para as empresas. Nos investimentos de longa duração, o Estado contribuía com sete por cento - estava a falar das empresas públicas - sete por cento, em média, através do PIDAC, e vinte e um vírgula dois por cento, por via de fundos europeus, deixando mais de setenta por cento a cargo das empresas públicas, por via do endividamento. -----

----- Frisou que a atitude diversa dos governos, por exemplo, com o Metro a Sul do Tejo, era muito óbvia. O Governo de então assumira todo o investimento, libertando a concessionária de qualquer custo. A FERTAGUS, que utilizava a infra-estrutura criada pela REFER, até dois mil e cinco ficara isenta e pagara uma média de dois milhões e seiscentos mil euros por ano, desde então. Os três empréstimos que a REFER tivera de fazer ao BEI, para construção da travessia sobre o Tejo, a REFER pagava, só de amortizações dos três empréstimos, catorze milhões de euros por ano, mais juros, e outros investimentos naquela infra-estrutura, e ainda prestava à FERTAGUS o serviço de controlo de circulação, manutenção e conservação das vias. Portanto, a REFER pagava para vender serviços à FERTAGUS. -----

----- Terminou, especificando que quem decidira fora o governo daquela época, que ainda pagara cento e oitenta milhões de euros, à FERTAGUS, de indemnizações compensatórias, que recusavam à empresa pública REFER. O Sr. Deputado ali tinha a explicação das concessões. -----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que os tempos consistiam em oito minutos para a intervenção inicial, quinze minutos para perguntas e quatro para a intervenção final. -----

----- Referiu que o Sr. Deputado Modesto Navarro tinha perguntado de quanto tempo dispunha para a intervenção final. Tinha-se descontado o tempo que faltara, dos quinze minutos, portanto, então acertava-se nos respetivos relógios. Passava a palavra à segunda intervenção política da tarde. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, referiu que recentemente tinha sido aprovado por unanimidade naquela Assembleia Municipal o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, que esperavam

pudesse vir a representar o início do fim das barreiras arquitetónicas que ainda proliferavam na Cidade. -----

----- Disse que o Plano não era, evidentemente, isento de críticas como, aliás, abundantemente demonstravam, mas encontravam na sua aprovação a esperança na promoção da acessibilidade, que era a da essência da defesa da cidadania e da qualificação da Cidade. -----

----- Continuou, mencionando que uma das críticas ao Plano era precisamente a visão dual que desenvolvia quanto à calçada à portuguesa, embarcando no espírito das sucessivas notas que se tinham visto publicadas na imprensa, como que preparando os Lisboetas para uma mudança transcendental no tipo de revestimento dos passeios da Cidade. -----

----- Alegava-se que já não se fazia calçada à portuguesa com a qualidade de antigamente, e que se tornava então cara, para ser bem-feita, e se não fosse perfeitamente feita então não valia a pena fazê-la. Dizia-se que o revestimento em calçada era muito insuficiente para ruas inclinadas devido ao polimento do calcário, e dizia-se tudo e o seu contrário, que a pedra polida era o melhor porque permitia a limpeza mais eficiente. -----

----- Referiu que a Câmara, por seu lado, asseverava mansamente que continuaria a fazer calçada, mas apenas nas zonas históricas da Cidade, que era porém, onde os arruamentos tinham mais acentuada inclinação, e onde mais importante seria assegurar uma efetiva permeabilidade de solos e dos passeios. -----

----- Comentou que se ouvia falar de alternativas que passavam por placas de calcário ou de outras rochas sedimentares, mas aquelas estavam sujeitas ao mesmo fenómeno de polimento, como se demonstrara já e naturalmente nas desastrosas experiências piloto que a Câmara efetuara na Baixa. Aliás, todas as rochas naturais e muitas das artificiais estavam sujeitas ao mesmo facto, a maior ou menor prazo, e a solução definitiva consistia evidentemente no seu rebordejamento ou na renovação da calçada, naqueles mesmos locais. -----

----- Notou que todos sabiam que as maiores ofensas à calçada consistiam em fazê-la suportar pesos incompatíveis e insuportáveis com a sua estrutura construtiva, principalmente viaturas automóveis em estacionamento ilegal. A Câmara queria libertar-se dos custos da calçada e substituí-la por outros materiais menos nobres e de menos onerosa colocação, mesmo que à custa de descaracterizar a cidade de Lisboa – uma cidade única no mundo – pensando assim livrar-se simultaneamente de ter de tratar seriamente do problema do estacionamento e da manutenção dos passeios da Cidade. -----

----- Apontou que Lisboa fizera escola nos lugares do mundo por onde se passara, deixando calçadas nas ruas, desde a colónia do Sacramento, até Macau e até Timor, com ênfase no famoso Calçadão do Rio de Janeiro, de execução, aliás, portuguesa. ----

----- O facto de se prestar a estereotomias mais ou menos clássicas, como as famosas ondas do mar e a nau de São Vicente, a calçada portuguesa obtivera um reconhecimento externo que a tornava um ex-libris de Portugal e de Lisboa. -----

----- Alertou para que aquela Câmara se preparava, porém, para a substituir por placas de cimento ou por outras maravilhas modernas, que outros usavam por não terem história ou não terem tradição, e só porque, nem sendo obrigatoriamente mais cómodo, era mais barato e se prestava à conveniência de alguns. Eram razões economicistas puras, razões que a razão não entendia. -----

----- Concluiu, avisando que a calçada portuguesa resistira, até então, a muito. Resistira ao frio, ao sol, à descrença e ao descuido, às inundações e ao terramoto, mas de verdade, não se sabia se iria resistir ao Dr. António Costa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que quase dois anos depois, após a entrada em vigor da Lei n.º 31/2012, a Lei sobre o Arrendamento Urbano, a avaliação que o PS fazia sobre a implementação da mesma, confirmava as suas preocupações por diversas vezes ali manifestadas. -----

----- Continuou, dizendo que aquela lei, não só tinha continuado a provocar um alarme social, como estava a provocar aumentos de rendas irracionais, e já também estava a pôr em curso ações de despejo sobre as pessoas. Aquela lei constituía, de facto, um enorme ajuste de contas com as pessoas que tinham contrato de arrendamento anterior a mil novecentos e noventa. -----

----- Lembrou que segundo dados do Censos de dois mil e onze, aquelas pessoas eram idosos aposentados, classe média de baixos recursos, que vivia da sua reforma, no limite, e não tinha outras possibilidades de progredir, não só porque as suas pensões e reformas vinham sendo continuamente cortadas pelo atual Governo, como também o custo de vida tinha incidido muito particularmente sobre aquelas pessoas, vindo agravar-se o preço do gás, da água, da eletricidade, a par das despesas com a saúde, que também iam sempre progredindo. -----

----- Era, portanto, uma lei que fazia um ajuste de contas com aquelas pessoas – pedia desculpa à boa ideologia, à boa moda neo-liberal – que eram pessoas dispensáveis, porque já não eram produtivas. Mas também era uma lei que estava a causar sérias dificuldades junto do comércio, junto das coletividades e das associações, não só porque estava a permitir aumentos de rendas também não possíveis e inimagináveis, e ele mesmo na Freguesia na qual era presidente, estava em contacto com muitos casos daqueles, de muitas coletividades que iam ter que fechar portas se não tivessem nenhum tipo de apoio porque não suportavam aquelas rendas, mas também estava a provocar o fecho de algum comércio, com o conseqüente lançamento para o desemprego dos seus trabalhadores, e aquilo não só derivado do aumento das rendas, mas também porque aquela nova lei permitia que uma mera comunicação do senhorio, arredando a Câmara Municipal daquele processo de um pretexto de obras de remodelação, fosse considerado justificação para a rescisão do contrato.-----

----- Reafirmou que era de facto, uma lei injusta, uma lei criminosa diria, que estava a confirmar as suas preocupações, ainda por cima sustentada numa mentira, porque o mercado de arrendamento já era livre em Portugal. Quem fizesse um contrato a partir de mil novecentos e noventa em diante, fá-lo-ia pelo tempo que o senhorio

determinasse, pelo preço que o senhorio determinasse e, naturalmente, o inquilino aceitasse. Era o livre arrendamento, era o mercado a funcionar. -----

----- Explicou que era por aquela razão que o PS sustentava e dizia que aquela lei era um mero ajuste de contas com as pessoas de contratos anteriores a mil novecentos e noventa. Ao fim e ao cabo, era um ajuste de contas com os mais desfavorecidos e com os mais fracos, que não tinham voz ativa e quem os defendesse. -----

----- Mas aquela lei também cometia outro erro grave, que era o de desassociar o coeficiente de conservação ao valor da renda que podia ser aplicado, o que originava, muito naturalmente, um sentimento de desnecessidade por parte dos proprietários em recuperarem as suas casas e, portanto, também era uma lei anti reabilitação urbana. ---

----- Referiu que, ainda por cima, aquela lei não atingira o objetivo para o qual fora edificada, que seria o de dinamizar o mercado de arrendamento. Nem ele estava mais dinamizado, nem se colocara mais fogos no mercado de arrendamento. Portanto, era uma lei que não merecia continuar. -----

----- Testemunhou que, como presidente de Junta de Freguesia, e partilhava aquela angústia ali com todos, já recebera centenas de pessoas, e podiam acreditar que uma das principais preocupações das pessoas era a lei do arrendamento, era o aumento da renda, e era a angústia que se colocava sobre elas. -----

----- Devia dizer, com muita preocupação, e também em sinal de sério aviso a todas/os Sr.^{as}/Srs. Deputadas/os que tinham responsabilidades políticas, que estavam numa espécie de relógio em contagem descendente. O prazo de cinco anos terminava dali a três anos e se, apesar de tudo, houvera e havia alguma carência, alguma proteção naqueles primeiros cinco anos, devia dizer que havia dias tinham ficado surpreendidos com uma grande ação que a Santa Casa da Misericórdia fizera, na qual participara enquanto presidente de Junta de Freguesia, que fora fazer o recenseamento dos sem-abrigo e verificarem que havia já cinco por cento de licenciados que eram sem-abrigo, e dali a quatro anos iria haver uma nova classe de sem-abrigos que seriam idosos, reformados, de idade superior a sessenta e cinco anos, e que seriam lançados na rua porque o estrato social também estava a ser desmantelado naquele momento, e não teria, se fosse recuperado, recursos para atender a toda a desgraça que fora feita ao mesmo tempo naqueles últimos três anos. -----

----- Manifestou que era de facto uma situação muito preocupante, que a todos devia alertar. Queria dizer ali com muita sinceridade, aos Sr.^{as}/Srs. Deputadas/os do PSD, em particular, que sabia que alguns tinham sinceras preocupações sobre aquela matéria, que aquilo só podia ser resolvido a nível político, na Assembleia da República, e aquilo que o PS convidava era que se fizessem três coisas. -----

----- Primeiro, que se revogasse imediatamente aquela lei. Segundo, que se repristinasse a lei anterior. Terceiro, que se preparasse uma comissão de trabalho, que envolvesse todas as componentes envolvidas naquele processo, e que se preparasse uma nova lei, que fosse uma lei justa, que fosse uma lei que desse uma oportunidade a todos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE saudava aquela Moção apresentada pelo PS, sobre a revogação da lei das

rendas, e que votariam favoravelmente a mesma, porque falavam de uma lei que apenas punira e continuava a punir quem tinha menos rendimentos; pensionistas, reformados, trabalhadores e trabalhadoras com os salários mais baixos. Mas não só, também punira e continuava a punir os pequenos comerciantes com atividades e associações que diariamente lutavam pela sua existência. Muitos haviam fechado portas mesmo no centro da Cidade, o que produzira a sua descaracterização, tanto a nível habitacional, como a nível cultural e patrimonial. -----

----- Prosseguiu, apontando que enquanto os grandes fundos imobiliários ficavam isentos de pagar IMI e ganhavam mais uma oportunidade de negócio, o pequeno comércio ganhava apenas um aumento de impostos e uma oportunidade de despejo, e os cidadãos e cidadãs mais desprotegidos eram despejados das suas casas e despojados da sua dignidade. -----

----- Asseverou que não se podia continuar a ignorar que aquela lei dos despejos só viera agravar uma situação cada vez mais alarmante, em especial na cidade de Lisboa – o aumento de pessoas a viverem na rua, mas também a descida drástica da qualidade de vida que qualquer pessoa tinha direito a ter, com aumentos de rendas, por vezes de mais de cem por cento, muitos e muitas reformados/as ficavam sem dinheiro para pagar mais do que um teto e, portanto, ficavam sem conseguir pagar luz, água, alimentação, medicamentos e tantos outros bens que eram necessários. -----

----- Tudo aos poucos ia ficando de parte, até que a única coisa que restava eram quatro paredes, nem sempre nas melhores condições, sem vida lá dentro. Eventualmente, tudo o que restava naquela cidade iam sendo prédios e prédios devolutos, vazios que, em muitos casos, iam causando perigo para os transeuntes. -----

----- Tudo o que ia restando era uma cidade de contradições, reabilitação de prédios para hotéis de luxo, por um lado, pessoas a ficarem sem casas ou casas abandonadas, por outro. Uma cidade para turista ver, por um lado, e uma cidade que não estava pensada para os seus cidadãos e para quem nela trabalhava, por outro. -----

----- Afirmou que aquela lei apenas viera agravar todas aquelas situações. Agravava a crise social que se vivia e, no entanto, continuava a pensar-se mais nos fundos imobiliários do que nas pessoas de novo. De novo o lucro e os números à frente das pessoas. Por aquelas razões, desde a primeira hora, o BE também estivera contra aquela lei, propondo a sua revogação, também na Assembleia da República. -----

----- Mas não só aquilo fizera o combate, haviam-se juntado também aos cidadãos e cidadãs, que haviam sofrido naquela altura, diretamente, e continuavam a sofrer com aquela lei, tinham feito sessões de esclarecimento sobre os seus efeitos, bem como a ajuda a quem precisava de responder aos senhorios, e não sabia como, porque aquela informação também não era passada. -----

----- Relatou que também haviam estado do lado dos pequenos comerciantes e dos comerciantes tradicionais, que haviam visto e continuavam a ver o seu negócio ameaçado. Também de proposta política se fizera aquele combate que ia continuar até à revogação daquela lei. -----

----- Referiu propostas como, criação de uma bolsa de arrendamento, política de vinte e cinco por cento de habitação a custos controlados, política de realojamento em fogos

devolutos, e um programa de extensa reabilitação urbana, criando um fundo municipal de reabilitação, aproveitando os terrenos e parque habitacional da própria CML. -----

----- Indicou que para se conseguir responder à crise social que provocava aquela lei tinha que se ir mais longe do que apelos a uma Assembleia da República com a maioria de direita. Já se percebera que, para aquele espectro, afinal o país estava em crescimento, apesar das pessoas sentirem e viverem, efetivamente, exatamente o contrário. -----

----- Tinha que se ir mais longe na proposta concreta para que também a Câmara daquela Cidade conseguisse responder aos seus cidadãos e cidadãs. Por exemplo, a criação de uma bolsa de fogos municipais devolutos e habitáveis para o realojamento de inquilinos despejados, tendo especial atenção os grupos de risco, que já haviam sido ali falados também; idosos, reformados, etc. -----

----- Concluiu, referindo que podiam concordar pela revogação daquela lei, mas ficava a pergunta se o PS e o executivo ficava por um apelo à Assembleia da República ou se iria mais longe. Afinal de contas qual era a prioridade, seriam os cidadãos e cidadãs ou se continuaria a ser o lucro e o interesse imobiliário. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)**, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar gostava de cumprimentar o Sr. Deputado Miguel Coelho e de saudar o conteúdo da sua intervenção, até pela evolução política que ela representava, no sentido claro de revogação daquela lei, clarificando que não era com remendos que se poderia corrigir a situação que aquela lei criara. -----

----- Continuou, explicando que aquela era uma lei injusta, iníqua e com características de profunda desumanidade, tendo em conta o grupo de cidadãos que, como dissera, atingia de forma preferencial. Da parte do PCP, aliás, nunca haviam restado dúvidas quanto às características daquela lei e quanto aos seus impactos. -----

----- Sublinhou que aquela evolução era evidentemente positiva da parte do PS, na medida em que o PS nunca apresentara a revogação daquela lei, apesar de ter capacidade de iniciativa legislativa para o fazer, votara favoravelmente a revogação proposta pelo PCP, o que saudava, mas não apresentara. Apresentara uma revisão com algumas emendas, alargando o prazo de cinco para quinze anos, alargando outros prazos de trinta para noventa dias, enfim, era uma evolução que registavam como positiva, até porque clarificava que não havia possibilidade de, pegando na lei do governo do PSD e do CDS, ser possível transformá-la numa legislação justa. Não existia aquela possibilidade. -----

----- Mas pedira a palavra para, em nome do Grupo Municipal do PCP, dar ao Sr. Deputado uma nota e colocar-lhe uma pergunta. Uma nota que era relembrar a todos, e o Sr. Deputado na sua intervenção não o referira mas julgava ser um apontamento justo, que o PSD, principalmente o PSD, nas vésperas das eleições autárquicas, andara a prometer às populações que iria alterar a legislação em vigor. -----

----- Referiu que, aliás, chegara mesmo a dizer numa sessão em que, se não estava em erro, o Sr. Deputado Miguel Coelho também estava presente, o PSD anunciara mesmo, pela voz de um Deputado do PSD na Assembleia da República, que já tinha

entregue na Assembleia da República um projeto-lei para corrigir os erros e as injustiças criadas pela Lei do Arrendamento Urbano. -----

----- Explicou que tal apresentação, não só não se tinha verificado à altura, como até então não dera entrada no Parlamento, o que também demonstrava bem como é que aqueles partidos iam gerindo o poder, com a mentira e com a dissimulação. Deixava também uma pergunta ao Sr. Deputado, depois daquele apontamento, a revisão do regime do arrendamento urbano fora inscrito inicialmente no memorando da TROIKA pelo próprio PS, e onde estabelecia muito claramente na versão inicial do memorando, não se referia a nenhuma outra, que era necessário acabar com os constrangimentos aos aumentos das rendas e liberalizar o mercado do arrendamento. -----

----- Afirmou que fora aquilo que o PS lá escrevera e o PSD e o CDS orgulhosamente haviam subscrito de cruz, como se sabia, e aliás, haviam levado à prática. A questão que gostava de colocar ao Sr. Deputado, uma vez mais sublinhava, saudando a posição que ali haviam assumido, era se assumiam que era impossível estar do lado do memorando da TROIKA e continuar a ter lá o nome do PS, e defender o seu incumprimento. Porque se defendiam o incumprimento do Memorando, que era o que ali iam dizer, revogando aquela legislação, deixava o apelo ao PS para que também pugnassem para que o nome do seu partido saltasse daquele memorando, saísse para fora daquele memorando, e mostrasse que aquele memorando não era de facto o caminho. -----

----- Porque não se podia estar bem com Deus e com o diabo, não se podia estar bem com as populações e com a TROIKA e, naquele caso, não se podia dizer que se queria acabar com os constrangimentos aos aumentos de rendas, abrir o caminho à liberalização das rendas e ao mesmo tempo dizer que se queria a revogação da lei das rendas. -----

----- Terminou a intervenção, explicando que assim, não lhes parecia consentâneo com o conjunto das posições que o PS vinha assumindo, mas evidentemente que se a evolução continuasse naquele sentido, certamente contariam também com o PS a sair do memorando de entendimento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para responder, disse que achava que aquela era uma questão tão dramática e tão preocupante para as cidadãs e cidadãos de Lisboa que merecia, já que estavam de acordo, que não fosse aproveitada para o mero combate político-partidário entre todos, até porque o Sr. Deputado Miguel Tiago, porventura mal informado quanto ao que se tinha passado ali naquela Assembleia Municipal, e daquilo não teria culpa porque ninguém lhe dissera, mas também estivera desatento quanto às suas intervenções na Assembleia da República. -----

----- Continuou, referindo como ponto um, que fora sempre a favor da revogação daquela lei. Ponto dois; que o PS naquela Assembleia Municipal já havia vários anos que propusera a revogação daquela lei, portanto não estava a evoluir, estava a confirmar a sua posição. Ponto três; que o PS na Assembleia da República, certamente por influência dele, mas eram todos do mesmo partido, ele tinha voz lá dentro, como o Sr. Deputado Miguel Tiago certamente tinha voz no seu partido, e assim, certamente

por influência dele, também assumira a revogação daquela lei e fizera o que era o seu dever, votara a favor da proposta de revogação que o PCP apresentara, precisamente porque aquela luta não devia ser encarada como propriedade de ninguém. -----

----- Expressiu que aquela luta era tão preocupante para as cidadãs e para os cidadãos de Lisboa que devia ser assumida na sua integralidade por todos, fossem da esquerda, do centro, da direita, desde que fossem pessoas e tivessem a noção daquilo que estava a acontecer. Mas, repetia, o PS na Assembleia Municipal de Lisboa sempre assumira a revogação daquela lei e tinha muito orgulho de ter matéria, uma posição de uma forma permanente e com grande coerência. É que era radicalmente contra aquela lei já havia vários anos. Por ela tinha dado a cara, no seu combate e continuaria a dar, e ainda bem que o partido dele também era a favor da revogação daquela lei. -----

----- Voltava a dizer aquilo que já dissera e também agradecendo a intervenção, não fora tanto uma pergunta, a intervenção da Sr.^a Deputada Isabel Pires do BE, porque achava que o mais importante era revogar aquela lei naquele momento. Porque revogando aquela lei, deixava de estar a espada, o cutelo, em cima do pescoço das pessoas. Era fundamental que se desse aquela tranquilidade. -----

----- Referiu que, em segundo lugar, certamente teriam que repristinar a lei anterior, para que não houvesse um vazio de poder de legislação sobre aquela matéria e, certamente, então trabalhem todos os partidos políticos, associações de inquilinos, associações de proprietários também, certamente, no sentido de apresentar uma nova legislação que fosse uma lei porventura mais moderna. -----

----- Terminou, referindo que devia dizer sinceramente que a lei anterior para ele, como estava, estava bem, mas certamente haveria pontos a corrigir, pormenores a aperfeiçoar, que fosse uma lei mais moderna, que fosse uma lei eficaz e, sobretudo, que fosse uma lei que não trouxesse àqueles que tinham contratos anteriores a mil novecentos e noventa, a infelicidade, a enorme tragédia que se avizinhava que podia vir a acontecer dali a três anos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra para fazer a sua declaração inicial, começou por dizer que a candidatura do PAN à CML fora fortemente enraizada na tradição histórico-cultural portuguesa e lisboeta, que assumia Lisboa como uma cidade com um espírito inovador, cosmopolita, solidário e universalista, e que visava realizar o potencial de Lisboa para ser uma cidade de referência mundial, em termos dos valores libertadores a promover em prol de uma nova civilização. -----

----- Prosseguiu, expondo que a candidatura do PAN e sua ação política apontavam para uma alternativa a um modelo esgotado, que conduzira à atual crise global, centrando-se na consciência da interconexão entre todos os seres vivos, na busca do maior bem possível para todos, humanos e animais, e no respeito pelos ecossistemas e pela natureza, reconhecendo-lhes um valor intrínseco e não meramente instrumental. -

----- Pretendiam que Lisboa se assumisse como uma cidade que destruíra muros e construía pontes; a cidade da não-violência. Que se assumisse como a cidade do diálogo e do encontro entre geografias, culturas, religiões, espiritualidade e ciência. Que se assumisse como a cidade que recebia e promovia o aprofundamento dos laços

culturais e comerciais entre os países. Que se assumisse como a cidade da harmonia entre tradição, modernidade e pós-modernidade. Que se assumisse como a cidade das alternativas éticas, saudáveis e sustentáveis. Que se assumisse como a cidade do investimento, na felicidade e no bem-estar de humanos e animais, da não discriminação, da proteção a crianças, mulheres e idosos, da solidariedade entre gerações, de todas as diferenças. -----

----- Explicou que o PAN era uma associação política que visava transformar a mentalidade e a sociedade portuguesa e contribuir para a transformação do mundo, de acordo com os fundamentais valores éticos. A sua iniciativa política apostava na mobilização da população e das instituições para a intervenção cívica e política em torno dos desafios fundamentais do tempo atual, com destaque para a proteção da natureza, do meio ambiente e dos interesses fundamentais dos seres humanos e não humanos. -----

----- A transformação do mundo que ambicionavam passava também, incontornavelmente, pela luta contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, bem como através da promoção da cidadania, dos direitos humanos e da igualdade de género. -----

----- Importava ali, naquele dia, consagrar um momento ao fundamental trabalho desenvolvido pela mais antiga associação de defesa dos direitos das lésbicas, *gays*, bissexuais e transgéneros do país; A ILGA-Portugal, que vira ser encerrado o seu centro LGBT. Anomalias diversas ao longo dos últimos anos no edifício, sito no n.º 88 da Rua de São Lázaro, detido pela CML, haviam levado à degradação progressiva do imóvel e tinham ditado o seu encerramento, por força de um relatório dos Bombeiros, que atestava risco de segurança. -----

----- Lembrou que ao longo dos últimos oito anos, várias haviam sido as tentativas e insistências junto da Câmara, levadas a cabo pelo IOGA, e mesmo havendo compromissos vários assumidos de forma transversal, nas campanhas para as eleições intercalares de dois mil e sete, dois mil e nove e autárquicas de dois mil e treze, a procura de um espaço alternativo adequado ao Centro LGBT nunca fora priorizado. ---

----- Havia anos que era literalmente implorada a intervenção da Câmara, proprietária do espaço. Nada fora feito. Mas mais do que as questões patrimoniais, evocavam para a obrigação política de apoiar um projecto único, essencial, na luta contra a discriminação e na promoção do bem-estar das pessoas LGBT e das suas famílias, que eram alvo daquela discriminação. Aquele encerramento significava a inexistência de um local de trabalho para a equipa e para todo o voluntariado, comprometendo os diversos projetos da associação e comprometendo a continuidade dos diversos serviços prestados, bem como a manutenção de um voluntariado que tinha sido formado e acompanhado de forma sistemática. -----

----- Referiu que o Centro Comunitário Gay e Lésbico tinha prestado ao longo de sete anos, serviços que incluíam serviço de acompanhamento psicológico, a linha LGBT, o centro de documentação, o departamento jurídico e o serviço de integração social, para além de uma utilização sistemática do espaço alargado a outras atividades e projetos que lá decorriam. Atualmente, aquele era o único centro com aquelas

valências no país, e a sua necessidade era evidenciada pelas várias centenas de pessoas que haviam sido acolhidas e apoiadas por aqueles serviços ao longo do último ano. -----

----- Disse que não podiam deixar de ali recordar um excerto do programa do governo da Cidade, do atual executivo, no capítulo Lisboa inclusiva: “A democracia é indissociável dos direitos sociais”. Apesar de não ser competência exclusiva do Município assegurar-los, deviam ambicionar que todos os cidadãos tivessem a capacidade de os procurar e exigir, que todos fossem tratados com igualdade. Para aquilo eram necessárias políticas públicas municipais que promovessem o acesso efetivo aos direitos sociais e combatessem a discriminação. -----

----- Face ao encerramento do centro LGBT, após dezassete anos de actividade, o PAN encorajava a CML a desempenhar o papel que devia ter naquele contexto, e a definir como prioridade absoluta a garantia da continuidade e da existência de um Centro LGBT na capital do país, um local de refúgio da homofobia, de atividades comunitárias, de prestação de serviços que mais ninguém prestava. Um local de solidariedade e cidadania, o único do país que seguia o exemplo tão apregoado na propaganda lisboeta das capitais cosmopolitas. -----

----- Finalizou, dizendo que a PAN exortava a CML a não se fechar à cidadania, tomar parte, como já o fizera no passado, na construção de uma sociedade mais justa. A urgente solução de garantir um novo espaço condigno, central, acessível, e com a dimensão adequada à ILGA Portugal, estava nas suas mãos. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que não havia na Mesa pedidos de palavra para perguntas, e informou que haveria ainda naquele dia uma votação, relativa a um documento apresentado pelo BE, sobre aquela mesma matéria. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, referiu que o CDS trazia naquele dia àquela Assembleia um tema que importava analisar no âmbito da estratégia económica da Cidade. Um tema pelo qual se debatiam por medidas concretas naquela Casa, desde o anterior mandato, embora com poucas respostas por parte do executivo. -----

----- Continuou, dizendo que os mercados de Lisboa eram parte da alma da capital. Estavam recheados de histórias, vivências e sucessos. Ao longo dos anos tinham assistido ao seu declínio, com o decréscimo do volume do comércio, ao fecho de alguns mercados e de muitas bancas de venda. -----

----- Pensava que três elementos haviam contribuído significativamente para a atual situação; A abertura de novas superfícies comerciais, a concorrência de algum comércio de rua e a falta de uma estratégia municipal, sempre anunciada, mas nunca colocada em prática. -----

----- Mencionou que nos últimos quatro anos tinham insistido na necessidade de inverter aquele declínio, que se agudizava a cada dia que passava. Fora com muita preocupação que haviam visto o abandono a que tinham sido votados os mercados do Bairro Alto, Lumiar, Xabregas ou de Arroios. -----

----- A par daqueles, criara-se instabilidade junto dos comerciantes do Mercado do Rato, ao ser anunciado o fecho para alegados investimentos imobiliários, parques de

estacionamento e equipamentos colectivos. No Mercado 21 de Janeiro, no Saldanha, e onde se encontrava sediada a Associação de Comerciantes dos Mercados, o caos instalara-se quando a Comunicação Social dera nota do eventual fecho do espaço, no seguimento da sua venda à Portugal-Telecom, para que ali se construísse o edifício de serviços de apoio ao Fórum Picoas – um negócio de nove milhões de euros. -----

----- Disse que, em simultâneo, o executivo lançava as concessões das naves centrais dos mercados da Ribeira e de Campo de Ourique. Ora se do primeiro caso ainda não se vislumbravam melhorias, Campo de Ourique parecia ter sucesso, com a aposta numa reafecção dos espaços e usos, à semelhança do que já se fazia noutras cidades da Europa, como era o caso de Madrid com o Mercado de São Miguel, de Barcelona com o Mercado de Santa Catarina, Covent Garden em Londres, e bem mais perto de nós, o Mercado Ferreira Borges no Porto. -----

----- Ora, no seguimento da aprovação por aquela Assembleia, da Proposta n.º 915/2013, os mercados passavam para gestão das Juntas de Freguesia, à excepção de quatro equipamentos considerados estruturantes pelo Município. Naquela proposta, registava-se o dever do Município de desenvolver uma estratégia integrada, que assegurasse a manutenção e o desenvolvimento da rede de mercados de Lisboa, promovendo a sua função e procurando potenciar o papel dos mercados na dinamização do comércio tradicional e de proximidade, em articulação com as freguesias. -----

----- Assim, a nova realidade trazida pela reorganização territorial administrativa de Lisboa, devia ser encarada como a oportunidade de implementar uma estratégia municipal que envolvesse todos os intervenientes naquele processo; A Câmara através de uma visão municipal integrada, e as Juntas de Freguesia como veículo transmissor das necessidades da comunidade local. -----

----- Defendeu que também era necessário assegurar que aquela oferta diversificada que os mercados poderiam oferecer iriam ao encontro das necessidades, exigências, hábitos, preferências e estilo de vida dos consumidores. -----

----- Assim, o CDS apresentava uma Recomendação em que solicitava à Câmara Municipal que tivesse em conta, aquando da preparação daquela estratégia para os mercados, vários pressupostos essenciais para a sua viabilidade, entre eles, a avaliação da implantação do equipamento com a zona envolvente, quanto ao seu impacto comercial, a alternativa e mais-valia criada no comércio local com o uso atribuído. ----

----- Explicou que, em suma, pretendia-se com aquela avaliação, que os mercados não se tornassem concorrenciais ao comércio existente, mas sim um complemento enriquecedor de desenvolvimento económico da comunidade. -----

----- Em segundo lugar, a avaliação das necessidades de estacionamento mediante os novos fluxos de clientes, cargas e descargas, bem como de acessos viários, e em terceiro lugar, a avaliação do impacto ambiental, no que respeitava ao ruído. -----

----- Reforçou, sobre aquele último ponto, que aquela figura era para o CDS importante, e dava como exemplo o Mercado da Ribeira, em que os níveis já provocados na zona compreendida entre o Corpo Santo e os Banhos de São Paulo, era manifestamente elevado, o que com a renovação do equipamento, que traria mais

peças e veículos à zona, tornava-se fulcral precaver o seu impacto no espaço urbano. -----

----- Por fim, e porque grande parte dos mercados ficaria sob gestão das Juntas de Freguesia, entendiam ser importante que se mantivesse o diálogo entre a Câmara e Juntas, no sentido de acompanhar futuros projetos de dinamização daqueles espaços, evitando que estruturas idênticas com distâncias mínimas entre si, apresentassem oferta semelhante ao consumidor, acompanhamento aquele que deveria ser do conhecimento da Comissão de Economia, daquela Assembleia. -----

----- Apontou que, face aos pressupostos apresentados, contavam que a Assembleia Municipal desse naquele dia um sinal positivo, não só aos comerciantes dos mercados, mas à economia local e ao desenvolvimento da Cidade, através de equipamentos reabilitados, regenerados, com uma oferta diversificada e que fosse ao encontro das necessidades, exigências e estilo de vida do consumidor moderno. -----

----- Concluiu, referindo que esperavam também que, caso aquela proposta fosse assegurada, tivesse o devido acolhimento por parte do executivo camarário. Lisboa só tinha a ganhar com merca dos fortes, vivos e dinâmicos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra para perguntas, começou por dizer que agradecia aquela Recomendação, no sentido da partilha de algumas das preocupações que o CDS ali manifestara. No entanto, pensavam que aquelas preocupações eram mais aparentes do que reais. Quanto ao decréscimo do volume de comércio naqueles equipamentos com o fecho de alguns mercados e de muitas bancas. -----

----- Prosseguiu, reiterando que diziam aquilo, em primeiro lugar porque pensavam que eram muito insuficientes os três elementos que contribuíam fundamentalmente para aquela situação. Pensavam que o CDS estava a ver pela metade aquelas preocupações, aqueles elementos fundamentais para a situação a que haviam chegado aqueles mercados. -----

----- A viabilidade dos mercados, tinham que ver também com a situação económica em que toda a gente vivia atualmente, não só nos mercados, como também nas ruas. Viam nas ruas e avenidas, nos locais onde se vivia, cada vez mais o comércio a fechar, e se tinham motivos, e as consequências eram aquelas que já apontara. -----

----- Referiu que a situação económica era muito difícil, face ao assalto aos rendimentos, aos empregos, nos impostos, por parte da TROIKA e do Governo, de que faziam parte o PSD e o CDS. Aquela situação não era nada favorável ao comércio em geral, e em particular aos mercados ou até ao comércio de bairro. -----

----- Aclarou que era verdade que havia mercados que tinham que ter uma grande intervenção face à sua degradação, também era verdade que também tinha que haver outra dinamização e ajudas para uma melhor dinamização do comércio local e também dos mercados. -----

----- Era uma grande ajuda que poderia vir do próprio Governo, de que o CDS fazia parte, como a revogação da lei das rendas, que ali já fora apontada, baixar o IVA da restauração, baixar o que nas empresas se chamava decursos do contexto, portanto, por exemplo, o IVA da electricidade e os custos da electricidade, entre outras

medidas. Já seria um importante contributo para a viabilidade de muitas daquelas bancas e mercados, e do comércio local. -----

----- Terminou, perguntando se estaria o CDS disponível para viabilizar aquelas políticas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra para perguntas, referiu que, sobre aquela Recomendação, e sem deixar de concordar com grande parte daquilo que acabara de ser dito pelo Deputado do BE, acerca da situação económica em que o país se encontrava e de, sobre aquilo e sobre como estavam a tentar sair daquela situação e de como sairiam no futuro, certamente - mas aquilo eram outras núpcias - queria dizer que, de facto, se tinha visto o mercado de Campo de Ourique como sendo um exemplo, na medida de ser um modelo de dinamização da Cidade. Era uma medida de dinamização da economia da Cidade, aquela questão dos mercados. -----

----- Continuou, esclarecendo que a questão que queria colocar era se o PP concordava com a perseguição daquele modelo adoptado pelo executivo do PS, porque pesasse embora a bancada do PS votasse a favor daquela Recomendação que fazia à Câmara, o PS naturalmente acreditava que as Juntas de Freguesia iam conseguir fazer a gestão adequada daquelas infra-estruturas e tinham a certeza que seriam um complemento importante para a dinamização da economia da cidade de Lisboa. -----

----- Em suma, queria colocar a questão se o PP estava de acordo com aquilo que vinha sendo a política do PS e do executivo PS, na área da economia da Cidade, nomeadamente, na questão dos mercados, e no mercado de Campo de Ourique, como bem referira. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra para responder, referiu que dizer que os pressupostos apresentados não eram os únicos, obviamente que havia ali uma influência nacional, que não era de então, era de seis anos de destruição socialista daquilo que existia na economia (podiam-se rir que era por aquilo que se estava como se estava). -----

----- Disse que, portanto, da parte do CDS e do Ministério da Economia tinham feito a sua parte. Nomeadamente o Sr. Ministro da Economia tinha apresentado ainda no dia anterior, uma nova alteração ao regime jurídico de acesso a novos estabelecimentos comerciais, que iria ajudar a desburocratizar os novos processos de licenciamento, e pensava que aquela seria também mais uma ajuda, e portanto o Governo estava a fazer o seu papel, esperavam que a Câmara também fizesse. -----

----- Quanto à intervenção do Sr. Deputado Manuel Lage, muito lhe agradava que o PS os apoiasse naquela proposta, e o que lhe podia dizer era que o CDS concordava com os projectos de concessão, quer do Mercado da Ribeira, quer do Mercado de Campo de Ourique. O Mercado de Campo de Ourique já era visível, parecia-lhes até à data um caso de sucesso. -----

----- Transmitiu que o CDS lamentava que nos dois anteriores executivos, portanto nos últimos seis anos, em que o Sr. Vereador Sá Fernandes tinha o pelouro dos Mercados, muitas vezes o tinham interrogado, questionado sobre políticas para os mercados municipais, uma política integrada, uma estratégia comercial integrada, de

marketing, e nunca lhes fora apresentada, fora prometida sempre que havia uma reunião do orçamento, sempre que eram apresentadas as contas da Câmara, mas tinham sido sempre promessas em vão que nunca tinham sido executadas. -----

----- Portanto, agradava-lhes muito que o PS na CML tivesse conseguido reverter o Mercado de Campo de Ourique para aquilo que ele era actualmente. Aquilo que alertavam na proposta e pensava que também concordavam, era que não podiam replicar aquele caso de sucesso aos vinte e tal mercados que existiam em Lisboa. -----

----- Defendeu que era preciso pensar, não só numa estratégia municipal em que fosse a Câmara a conduzir, mas que fosse articulada com as Juntas de Freguesia para que não se replicasse e se evitasse aquela replicação, daquilo que era o Mercado de Campo de Ourique, porque não bastava pegar num caso de sucesso e replicá-lo por toda a Cidade. -----

----- Explicou que viam o que a CML fizera no Mercado de Santa Clara, e o CDS não concordava, parecia-lhe que nem sequer estava a funcionar, o Centro de Artes Culinárias. O Laboratório de Prototipagem ainda estava a meio gás no Mercado do Forno do Tijolo e, portanto, queria dizer que sim, concordavam com aquela nova visão daquele executivo, não do anterior executivo do PS, que nada fizera naquela matéria, infelizmente, senão medidas casuísticas. -----

----- Tinham, obviamente, o apoio do CDS, se mantivessem aquela estratégia municipal de recuperação, revitalização e regeneração dos mercados, mas sempre ouvindo as Juntas de Freguesia, criando ali uma estratégia integrada entre todos e ouvindo todos. -----

----- Terminou, comentando que esquecera, mas não poderia deixar de lembrar que devia obviamente ser ouvida a Associação dos Mercados de Lisboa, que voltava mais uma vez a dizer, nem sequer fora consultada no anterior mandato, e acontecera aquilo a que todos tinham assistido, com o mercado “31 de Janeiro”, onde estava sediada a Associação de Comerciantes e em que a Câmara, através da Sr.^a Vereadora das Finanças daquela altura, Maria João Mendes, negociava a venda daquele espaço por um valor entre nove a doze milhões para uma torre de vinte andares para a Portugal.-Telecom, e nem aquela Associação nem nenhum dos comerciantes dos mercados, fora tido nem achado, principalmente os comerciantes daquele mercado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra, começou por dizer que naquela segunda edição dedicada às declarações políticas dos diversos Grupos Municipais com assento naquela Assembleia, gostaria de referir quatro situações que o MPT entendia dever naquele dia ali apresentar para conhecimento. -----

----- Prosseguiu, contando que a primeira situação estava directamente relacionada com duas situações, que o Partido da Terra tivera a oportunidade de submeter àquela Assembleia, nos passados dias vinte de abril e vinte e seis de novembro do ano anterior. Tratava-se de duas recomendações relativas à preservação da calçada à portuguesa. -----

----- Lembrou que a trinta de abril de dois mil e treze, o Grupo Municipal do MPT submetia àquela Casa a Recomendação n.º 11, relativa à reposição das quadras da

calçada à portuguesa, originárias do Terreiro do Paço, no Cais do Sodré e zonas adjacentes, e que fora aprovada por maioria, e a vinte e seis de novembro do mesmo ano submetia a Recomendação n.º 9, relativa à preservação da calçada portuguesa na cidade de Lisboa, que fora aprovada por maioria. -----

----- Disse que tanto numa como noutra Recomendação, o MPT recomendava à Câmara que nas obras que implicassem a remoção da calçada fosse obrigatória a reposição daquele pavimento em calçada à portuguesa. No entanto, e não obstante aquelas Recomendações tivessem sido aprovadas naquela Casa, a verdade é que os serviços camarários tinham feito precisamente o contrário, e em vez da calçada à portuguesa, tinham colocado outro tipo de material nos passeios lisboetas. -----

----- De facto, tinham tido a oportunidade de verificar que em determinadas ruas da Cidade, os materiais colocados nos passeios nada tinham a ver com as típicas pedras da calçada portuguesa, tão características da cidade de Lisboa. Referia-se concretamente ao Largo do Areeiro, onde a calçada que fora levantada, fora posteriormente remendada com cimento. -----

----- Referia-se ao Largo Frei Heitor Pinto, onde a calçada à portuguesa estava a servir de parque de estacionamento. Referia-se à Rua da Vitória, na rampa da Igreja, e saída do Metro em que a calçada à portuguesa fora substituída por lajes, que, quando chovia, se transformava numa verdadeira fábrica de quedas. Referia-se à Rua Conde de Sabugosa e Bairro das Estacas, onde a calçada à portuguesa tinha vindo a ser substituída por outros materiais. Referia-se a zonas na Baixa Lisboeta, em que a calçada tinha vindo a ser paulatinamente a ser levantada e a ser substituída por lajes. --

----- Perguntou se poderia o executivo explicar o que se estava a passar, se poderia dizer-lhes que ordens tinham os serviços camarários responsáveis pela repavimentação dos passeios da Cidade. Perguntava se a tradição lisboeta de pavimentar os passeios com calçada portuguesa estava mesmo condenada a desaparecer e se assim fosse que o executivo lhes dissesse para que servissem as recomendações que ali traziam e que ali eram aprovadas, ou se seria que a população de Lisboa teria de continuar a apresentar mais petições públicas contra a retirada da calçada portuguesa em Lisboa, por entenderem, muito justamente, que aquela medida era inaceitável, porque atentava contra a preservação do património cultural de Lisboa. -----

----- A segunda situação que gostaria de referir, estava relacionada com algumas notícias que recentemente tinham vindo a ser vinculadas pela comunicação social, sobre problemas de saúde pública relacionadas com as placas de amianto colocadas em edifícios públicos, e que o MPT já tivera a oportunidade de ali apresentar sob a forma de Recomendação. -----

----- Referiu que se tratava de uma Recomendação que o Partido da Terra ali apresentara, e que dizia respeito ao levantamento dos edifícios públicos municipais que contivessem fibras de amianto. A Recomendação em causa, datada de vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, e que fora aprovada por maioria, aconselhava a Câmara a proceder ao levantamento de todos os edifícios municipais, indicando o estado de degradação dos materiais com amianto e a medição das concentrações de

fibras respiráveis, de forma a estabelecer um plano de remoção, bem assim como a constituição de uma comissão técnica para a avaliação e levantamento dos edifícios, instalações e equipamentos municipais, com a participação de elementos da comissão Permanente de Ambiente, Mobilidade e Qualidade de Vida daquela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Esclareceu que, em resposta àquela Recomendação, o Sr. Vereador Manuel Salgado, enviara no dia dezasseis de agosto de dois mil e doze uma listagem dos edifícios municipais com cobertura de fibrocimento, com indicação das coberturas já substituídas e das que se encontravam ainda por retirar. -----

----- Volvidos cerca de três anos, o MPT gostaria de perguntar se as coberturas em amianto que em agosto de dois mil e doze ainda se encontravam por remover, se já tinham sido totalmente retiradas e caso, não o tivessem sido, para quando se previa a sua remoção. -----

----- Continuou, referindo que a terceira situação que gostaria de referir tinha a ver com a denúncia que fora feita ao Grupo Municipal do MPT e que relatava haver trabalhadores do Município que se encontravam a prestar serviço na Polícia Municipal de Lisboa que não sabiam quais eram as suas competências funcionais, quais eram as suas hierarquias ou quem eram os seus avaliadores. -----

----- Referia-se concretamente aos trabalhadores pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal, que haviam sido transferidos para a Polícia Municipal e que, ao que parecia, exerciam funções, cujos conteúdos funcionais não se encontravam previstos no quadro de pessoal da Câmara, mapa aquele que fora aprovado naquela Assembleia através da Deliberação n.º 104/2013. -----

----- Ao que parecia, aqueles trabalhadores estavam a exercer funções para as quais não tinham competências, uma vez que pertenciam aos quadros da Câmara e não aos quadros de pessoal do Ministério da Administração Interna. Ora acontecia que, segundo lhes fora relatado, quando aqueles trabalhadores reclamavam das horas que lhes eram transmitidas para realizarem funções ou exercerem competências nada tinham a ver com as competências próprias da sua categoria profissional eram ameaçados com a instauração de processos disciplinares por parte das chefias policiais. Para complicar tudo aquilo ainda mais, parecia que aqueles trabalhadores civis estavam sujeitos à subordinação hierárquica das chefias policiais, quando na realidade, dev iam ser chefiados por dirigentes do próprio Município. A verdade era que, parecia, na Polícia Municipal as hierarquias policiais exerciam poderes de direcção e de autoridade sobre os trabalhadores civis quando tal situação nem sequer na própria PSP era admitida. -----

----- Acrescia que aqueles trabalhadores estavam a ser avaliados pelas hierarquias policiais quando, de acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelecia o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, mais conhecido por SIADAP, a avaliação do seu desempenho devia ser realizada por dirigentes municipais. -----

----- Explicou que aquelas situações tinham vindo a ser relatadas ao Gabinete da Sr.^a Directora dos Recursos Humanos e ao Gabinete do Sr. Presidente das Câmara, sem

que até ao momento se tivesse obtido qualquer resposta. Para benefício dos trabalhadores do Município de Lisboa que atualmente prestavam serviço junto da Polícia Municipal, o MPT gostaria que o executivo os esclarecesse sobre aquelas situações, nomeadamente, no que respeitava a saber quem tinha competência para proceder à avaliação do desempenho daqueles trabalhadores, bem como quais as funções e competências que lhes estavam atribuídas. -----

----- Por último, e uma vez que a competência para autorizar afetações do pessoal camarário era do Sr. Presidente, gostaria de perguntar porque era que a publicação das afetações de dois dos seus colaboradores, pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara ainda não tinham sido publicadas no Boletim Municipal. Perguntava o que era que o MPT tinha que fazer para que aquelas publicações acontecessem. -----

----- Perguntou se o executivo poderia explicar o que era que andava a fazer para que uma simples publicação levasse meses a fio para acontecer. Perguntava se seria que na próxima reunião ordinária daquela Assembleia teria que voltar a falar daquela situação. A tomada de posse daquela Assembleia tivera lugar no dia vinte e cinco de outubro, o que queria dizer que fazia precisamente quatro meses desde que todos ali tinham tomado posse como Deputados Municipais. Perguntava se poderia o executivo dar instruções aos serviços para que as afetações fossem rapidamente publicadas no Boletim Municipal. No que lhes dizia respeito desde logo lhes agradecia a atenção que pudessem dispensar ao assunto. -----

----- Dirigiu-se então à Sr.^a Presidente para dizer que terminava ali a sua intervenção, referindo, por último, que se tornava tarefa quase hercúlea, conseguir trabalhar nos computadores da Assembleia Municipal, por um lado porque os computadores eram obsoletos, por outro, porque a rede da INTERNET era tão lenta, mas tão lenta, que fazia com que os computadores ao serviço dos Grupos Municipais trabalhassem a passo de caracol. -----

----- **A Senhora Presidente**, em seguida, respondendo ao Sr. Deputado António Arruda, informou que aquela questão já tinha sido suscitada em Conferência de Representantes. -----

----- Explicou que já tinham pedido a renovação dos computadores do pessoal dos gabinetes de apoio, estavam à espera que aquilo acontecesse, e iam insistir, naturalmente. -----

----- Quanto ao aumento da velocidade da rede, receava não o poder fazer tão cedo. Não tinham naquele momento capacidade orçamental para fazer uma rede própria, mas tentariam ajudar a resolver o problema com as *pen's* de dados, conforme já dissera em Conferência de Representantes. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, disse que naquele espaço de declarações políticas haviam apresentado uma Moção e uma Recomendação. A Moção referia-se ao encerramento do Centro LGBT da ILGA, na Rua de São Lázaro, e que já tinha sido abordado noutras intervenções. Era uma perda para a Cidade e Lisboa ficava mais pobre com aquele encerramento. -----

----- Continuou, referindo que esperavam que pudesse haver uma atualização sobre a nova morada que pudesse vir a ter o Centro LGBT, mas consideravam que era

pertinente uma intervenção e uma Moção política sobre aquela matéria, num momento em que no país houvera uma “jota” obscurantista que tentara fazer uma manobra de diversão usando direitos de famílias e de crianças, e com a qual o BE estava em absoluto desacordo.-----

----- Relativamente à Recomendação, que abordava um tema que fora alvo de outras moções de outros Grupos Municipais daquela Assembleia. Ela vinha no sentido da intervenção e as notícias vindas a público que o Governo tinha intenção de até ao final de Março lançar as concessões a privados do Mtro de Lisboa e da CARRIS e que até ao final do ano queria aqueles processos absolutamente concluídos. O tempo estava a correr, e era necessário que aquela Assembleia se pudesse pronunciar rapidamente sobre aquilo. Sabiam que o Governo tinha uma voracidade insaciável sobre os recursos do país. -----

----- Afirmou que os serviços públicos estavam à mercê daquela voracidade e, portanto, havia uma necessidade de alimentar um défice que era insustentável e uma dívida que era impagável. Já tinham assistido à primeira fase daquela destruição que o Governo estava a fazer aos recursos do país. -----

----- Começara com a EDP e com a REN, vendidas a empresas estatais chinesas, cujo conselho de administração tinha também assento no comité central do partido comunista chinês. Portanto, seguira para aqueles lados um recurso tão importante como a rede energética e a EDP. A ANA, vendida à VINCI, com a complacência da CML naquele negócio, que ficara conhecido como os terrenos do aeroporto. Os CTT, vendidos à Goldman Sachs, conhecida pela sua larga experiência no correio e na entrega de correio, por outro lado, tinha uma experiência breve no suprimir e na crise financeira, e portanto, um parceiro importante para ter numa empresa tão importante como os CTT. Os seguros da Caixa, vendidos a um Fundo chinês, o Fo Sum - a ex-líder do PSD contestara aquela decisão, dissera que aquela empresa não tinha experiência, o que era verdade, era um fundo especulativo chinês, e que era classificada por uma agência de rating como lixo. -----

----- Declarou que a pilhagem continuava. O Governo continuava a sua senda e para terminar o assalto ao pote, tinha previsto a TAP, a CP Carga, a EGF, que já fora alvo de uma Moção na última sessão da Assembleia Municipal, que muito bem se pronunciara sumariamente contra aquela privatização, e as empresas de transportes, Metro e CARRIS. Era aquele o alvo da Moção em que o BE vinha convocar os membros daquela Assembleia para a responsabilidade sobre aquele serviço público tão importante e estrutural para a cidade de Lisboa. -----

----- Não se dirigiam naturalmente aos membros deputados eleitos do PSD e CDS, não porque eles não estivessem na sala, porque deveriam estar, mas porque julgavam que não valia a pena. Infelizmente alguns deles de manhã estavam em São Bento a votar pacotes de austeridade e à tarde, depois de trocar a gravata e o discurso, subiam ao palanque e indignavam-se com o desemprego, a pobreza e os sem-abrigo na cidade de Lisboa. Portanto, não valia a pena dirigirem-se a eles. Pelo contrário dirigiam-se ao PS e aos Independentes, ao Partido Socialista. -----

----- Asseverou que achava que tinham que ter posições muito claras sobre aquela questão dos transportes em Lisboa, e portanto, queriam saber de que lado estava o PS. Se por um lado defendiam transportes públicos para todos, se queriam garantir o acesso universal à mobilidade dos cidadãos, se aquela cidade que queriam construir era uma cidade democrática em que a mobilidade dos cidadãos não dependia dos seus recursos, e se queriam ter uma palavra no desenvolvimento urbano da Cidade e na política de mobilidade. -----

----- Sim ou não, era o que aquela Moção convocava. Exigia, assim, total clareza naquele momento e não cortinas de fumo sobre o modelo de privatização, se o Governo tinha ou não legitimidade para o fazer, se existiam estudos demonstrativos sobre a capacidade e a vantagem da gestão privada, e se o debate se devia centrar ou não na fatia que a Cidade devia receber, caso houvesse privatização. Achavam que o debate não devia ser feito daquela forma, devia ser feito de forma clara, e que deviam ser tomadas posições sobre a privatização daquele serviço essencial. -----

----- Elucidou que, naturalmente, que o BE tinha uma posição muito clara. A privatização do Metro e da CARRIS não passava pelo facto de se receber um cheque se houvesse aquela privatização ou não, mas sim porque defendiam que os transportes públicos eram essenciais e porque a Câmara tinha que ter uma palavra a dizer sobre aquilo, e num processo de privatização era totalmente excluída. -----

----- Defendeu que a privatização daquelas duas empresas de transportes em Lisboa era um assalto à democracia e era um assalto à Cidade. Ambas as empresas, e por aquela razão é que iam ser privatizadas, tinham *cash flows* operacionais positivos, eram rentáveis do ponto de vista operacional, aliás, era curioso, a “CARRIS TOUR”, uma empresa que era detida a cem por cento pela “CARRIS”, tivera um *cash flow* operacional em dois mil e doze de dois milhões e quatrocentos mil euros, comprara uma frota nova, estava perfeitamente equipada, tinha um serviço que era o “Euro Bus” para o aeroporto, tinha um serviço de *car sharing*, e tinha uma escola de formação de motoristas. -----

----- Com certeza saberiam que aquela escola de formação de motoristas era única e, portanto, tinham o monopólio, e o que estava em cima da mesa era saberem se queriam entregar aquela escola de formação a um privado ou se, pelo contrário, queriam mantê-la. -----

----- Acabou a sua intervenção assinalando que o tempo estava a correr, estava na hora de assumir posições, de saber se estavam a favor ou se estavam contra, se queriam ter uma cidade democrática, onde a mobilidade era um direito para toda a gente ou se queriam, pelo contrário, aceitar o convite do banquete das privatizações do Governo PSD/CDS e sentarem-se à mesa. O BE não estaria com certeza. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Cristina Ferreira Madeira (PS)**, no uso da palavra para fazer perguntas, disse que o Partido Socialista se revia nas preocupações da Moção apresentada pelo BE, no que respeitava ao Centro LGBT, e (inaudível) também (inaudível) resolução. -----

----- Esclareceu que consideravam essencial a existência de um Centro LGBT na cidade de Lisboa. Lamentavam profundamente a situação em que se encontrava a

ILGA que, repentinamente, ficara sem espaço para a sua actividade, portanto, o PS queria manifestar o seu empenho na busca de uma solução para a (inaudível), e na procura de um espaço para a sua actividade, queria portanto perguntar ao BE se estava disponível para analisar e discutir aquela questão na Comissão dos Direitos Sociais e de Cidadania. -----

----- Concluiu, dizendo que sobre a mobilidade e transportes, queria informar que já fora consensualizada a realização de um debate naquela Assembleia Municipal sobre mobilidade e transportes. O modelo do debate iria ser em breve analisado, e a posição do PS quanto àquele assunto era clara e fora expressa numa moção apresentada na semana passada. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra para responder, agradeceu pela pergunta e esclareceu que a ILGA não tinha sido surpreendida por um encerramento repentino. Aquela era uma situação que se arrastava havia vários anos – oito anos – de acordo com o comunicado da ILGA. Portanto, não era uma situação repentina, era uma situação desagradável, que inviabilizava o funcionamento do Centro, mas não era uma situação repentina. Repentinamente tinham que ser as soluções para encontrar um espaço novo para o Centro LGBT. Naturalmente que estavam disponíveis para aprofundar aquela questão na Comissão da Igualdade. -----

----- Esclareceu, sobre a questão dos transportes, que a sua intervenção se centrara no PS porque, exatamente, não tinha sido clara a posição do PS. Aliás, não tinha sido clara a posição do PS nem do próprio executivo, na voz do Sr. Presidente, António Costa. Todas as entrevistas que eram dadas e todas as moções que eram apresentadas ali pelo PS, eram sempre muito pouco claras. Elas até eram claras, eram demasiadamente claras, porque o PS estava interessado, não em defender o serviço público de transportes, mas, se houvesse uma privatização queria ser indemnizado naquele sentido. -----

----- Reafirmou que era uma posição claríssima, o que queriam confrontar o PS era sobre se estava ou não de acordo em que houvesse um serviço público de transportes. A Moção do BE era muito clara daquele ponto de vista, e portanto aguardavam o voto do PS, convocavam-no para aquela defesa, e gostariam de contar com o seu voto favorável, com certeza. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra para fazer uma pergunta, começou por dizer que os transportes eram um fator essencial no acesso ao direito à mobilidade e no desenvolvimento duma cidade e duma região. -----

----- Prosseguiu, referindo que para a criação duma cidade desenvolvida e sustentável, “Os Verdes” consideravam fundamental a existência de uma rede de transportes públicos colectivos que servisse as populações com qualidade, com preços socialmente justos, que promovesse o abandono do transporte individual, que contribuísse para uma menor dependência dos produtos petrolíferos e para uma melhoria da qualidade ambiental. -----

----- Disse que todos sabiam que só assim se conseguiria garantir a mobilidade da população, a defesa do meio ambiente, da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa. À partida também todos concordavam com aquilo, mas contrariando aqueles princípios deparavam-se com as continuadas políticas dos sucessivos executivos e os ataques do Governo PSD/CDS ao sector dos transportes. Naquele contexto e a título exemplificativo gostariam de relembrar o processo iniciado pela CARRIS com a pretensa reformulação da sua rede de carreiras nos últimos dez anos. -----

----- Questionou se teria sido para melhorar o serviço público ou teria sido para benefício dos seus utentes. Em dois mil e três a CARRIS tinha dado início a um processo de reestruturação das suas carreiras, que culminara com um projecto a ser implementado em quatro fases, denominado “Rede Sete”. -----

----- Lembrou que a primeira fase, introduzida em nove de setembro de dois mil e seis, na qual haviam sido reformuladas vinte e oito carreiras, modificadas sete e eliminadas oito, recebera parecer negativo, não vinculativo da CML e fora alvo da condenação por aquela Assembleia e pela Federação dos Transportes Urbanos. -----

----- A segunda fase da “Rede Sete” fora introduzida no dia cinco de janeiro de dois mil e oito, com reformulação de oito, alteração de seis e eliminação de mais nove carreiras. A CML comunicara que apenas aceitaria as alterações propostas caso a CARRIS introduzisse melhorias na prestação do serviço oferecido, reajustando o percurso e a extensão das carreiras às necessidades de deslocação suscitadas pelas alterações introduzidas com as novas interfaces, junto às novas estações do Metropolitano. -----

----- Disse que acontecia que as alterações apresentadas pelo Governo haviam sido no sentido oposto às necessidades das populações. Não alargara a rede às zonas sem transporte público, aumentara o número de zonas sem transporte a partir das vinte e uma e trinta, diminuía ou eliminara a oferta nos percursos onde existia metropolitano, tendo ainda com o encurtamento de carreiras, imposto uma sistemática prática de transbordos, com custos acrescidos para o utente, quer no tempo de percurso, quer no custo da viagem. -----

----- Relembrou que a terceira fase da “Rede Sete” seria introduzida em junho de dois mil e dez, com a alteração de novas carreiras e supressão de alguns trajetos, que passavam a ser servidas pela conclusão da Linha do Oriente do Metropolitano de Lisboa. -----

----- A quarta fase da “Rede Sete”, introduzida em julho de dois mil e doze, com a alteração da rede da CARRIS na zona dos Olivais e Aeroporto de Lisboa, incluía ajustes na oferta de trinta e sete carreiras, através de onze encurtamentos ou alterações de percurso, um prolongamento, quinze ajustamentos e de mais dez supressões de carreiras. -----

----- Comentou que, após aquelas quatro fases, e após tantos encurtamentos e supressões de carreiras, era espantoso como ainda circulavam transportes públicos em Lisboa, com algumas das carreiras da CARRIS a chegar a ter tempos de espera de cerca de trinta minutos, mesmo a meio de um dia normal de uma semana de trabalho. -

----- O mais curioso era que o relatório final de nome, reestruturação da rede de autocarros da CARRIS, apresentada em setembro de dois mil e cinco e contendo vários anexos, propunha na sua página setenta e oito, para a evolução da rede da CARRIS, entre dois mil e doze e dois mil e vinte, a transformação da rede, tendo em conta, não apenas a expansão das linhas do metropolitano como o interesse dos clientes, portanto, dos utentes de transportes públicos da cidade de Lisboa. -----

----- Apontou que não menos espantosa era a previsão da CARRIS para a expansão futura das linhas do Metro até dois mil e doze, quando considerava a abertura ao público de novas extensões da rede do Metro de Lisboa, com prolongamento da Linha Vermelha no troço Aeroporto/Lumiar, o prolongamento da Linha Vermelha de São Sebastião a Campo de Ourique, o prolongamento da Linha Verde entre Telheiras e a Pontinha, o prolongamento da Linha Amarela do Rato a Alcântara, e a abertura ao público da Linha das Colinas, a ligar Campo de Ourique a Santa Apolónia. -----

----- Tudo aquilo, repetiam para os menos atentos, até dois mil e doze. Até dois mil e vinte estava ainda prevista a abertura ao público da extensão do Metro na Linha Vermelha para o troço Oriente/Sacavém. Se aquela previsão poderia ser considerada como a evolução natural, espantoso fora o súbito e não menos brutal desinvestimento do Governo PSD/CDS nos prolongamentos havia muito previstos pelas empresas e exigidos pelas necessidades básicas de mobilidade dos utentes de Lisboa e arredores. --

----- Defendeu que aquela expansão demonstrara o quão inoportuna representara a pretensa generosidade das referidas fases de reestruturação das carreiras da CARRIS – um autêntico logro. Pelo contrário, o atual Governo previa ainda que os operadores privados de transporte rodoviário de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa e o Porto iam passar a assegurar alguns serviços suburbanos quando fossem aplicadas as medidas propostas pelo Grupo de Trabalho nomeado pelo Secretário de estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, eufemisticamente denominada a “Adequação da oferta da rede de transportes colectivos e simplificação do sistema tarifário na AML”. De tão eufemístico que só mesmo para rir, e não era partida de Carnaval. -----

----- A péssima novidade do Governo acabara de ser apresentada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes no passado dia dezanove de fevereiro, com a última machadada da TROIKA e daquele Governo no Serviço de transportes públicos pela abertura à iniciativa privada do serviço público de transporte de passageiros em Lisboa e Porto. -----

----- Referiu que, de facto, os problemas dos transportes em Lisboa eram muitos, e ainda havia poucos dias fora anunciada uma nova reestruturação da CARRIS que passava pela supressão de carreiras, porque com menos serviços precisavam de menos trabalhadores e assim podiam cumprir as orientações do Governo de redução de efetivos determinada pelo Orçamento de Estado. -----

----- Houvera também uma redução de carruagens do Metro, houvera aumento dos tempos de espera, continuava a haver inúmeros problemas nos acessos às plataformas do Metro, e podiam continuar aquela lista interminável. -----

----- Esclareceu que fora por tudo aquilo que “Os Verdes” haviam escolhido os transportes como tema da sua declaração política, pela importância que tinham para a vida da Cidade, e porque consideravam que muita coisa tinha que ser melhorada e adaptada. Naquele sentido apresentavam uma Recomendação em defesa dos transportes públicos e de qualidade na cidade de Lisboa, porque Lisboa podia e devia ser exemplo de qualidade a nível dos transportes e porque havia um conjunto de medidas que a Câmara devia adoptar, assumindo-se como uma cidade sustentável, com uma eficiente rede de transportes públicos colectivos de qualidade, que dessem resposta às reais necessidades das populações. -----

----- Terminou a intervenção explicando que era precisamente aquilo que propunham, que perante os ataques que os transportes tinham sofrido na Cidade, o executivo assumisse um papel de defesa de bons transportes públicos para a Cidade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra para fazer uma pergunta, disse que o PS ia votar a favor daquela Moção apresentada pelo PEV e não queriam deixar de o expressar. Iam votar a favor porque convergiam naquilo que fora apresentado, quer na intervenção da Sr.^a Deputada Cláudia Madeira, quer na Moção que estava escrita, porque eram claramente contra aquilo que o Governo PSD/CDS tinha feito no domínio dos transportes públicos. -----

----- Explicou que entendiam que nenhuma decisão devia ser tomada sem que tivesse a participação e a pronúncia dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e no caso específico da CML. Eram contra a clara degradação da oferta que tinha existido na Cidade, e que se tinha progressivamente continuado a degradar, porque haviam tido uma intervenção da Câmara e das Juntas de Freguesia para procurar, ao tempo, minimizar alguns efeitos. Fora referido que se ficaria por ali, e aquilo a que tinham assistido era que ao mesmo tempo que a Câmara procurara desenvolver mecanismos de diálogo com o Governo, para procurar ser esclarecida em relação àquilo que estava em cima da mesa, o Governo ia conversando, ia procurando condicionar aquelas conversas com decisões, e ao mesmo tempo lançava a público processos de concessão. -----

----- Concluiu, defendendo que a posição do PS era muito clara. Entendiam que a AML devia debater aquele tema nos mesmos moldes em que tinha debatido a Colina de Santana. A pergunta que faziam era se o PEV estava disponível e apoiava aquele debate. O PS entendia que os transportes tinham que passar ao nível de descentralização de competências, também para a esfera intermunicipal e municipal e queriam debater aquele papel que os municípios deviam ter ao nível dos transportes. --

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)**, no uso da palavra para fazer uma pergunta, cumprimentou a Deputada Cláudia Madeira por aquele tema tão importante, e que iam obviamente votar a favor da Moção. Eram a favor de todos os debates tão públicos e amplos quanto possível relativamente àquele tema, mas não podiam deixar de apontar ali contradições sucessivas. -----

----- Prosseguiu, dizendo que o PS tinha aquela teoria do sim ou não, mas assim não, portanto, austeridade sim, mas aquela austeridade não, privatização sim, mas aquela privatização não e, portanto, corriam o risco de estarem ali a ver uma coisa do estilo

que bem conheciam como no caso dos CTT, em que não só se tinham oposto à privatização dos CTT, só diziam era que “privatização podia ser, assim daquela forma como o Governo estava a fazer é que não”. -----

----- Disse que gostava de perguntar à Sr.^a Deputada se não achava que era uma contradição inerente à posição do PS, que era contra todos os cortes que o actual Governo estava a fazer nos transportes públicos, mas esquecia-se que aqueles cortes tinham em vista a concessão dos transportes públicos e, portanto, um partido que se dizia contra os cortes dos transportes públicos tinha por inerência lógica ser contra a concessão dos mesmos transportes públicos. -----

----- Porque não se podia ser a favor da concessão sem se esquecer que para concessionar era preciso cortar antes para transformar a empresa numa empresa lucrativa para o privado, quando toda a gente sabia que empresas públicas de transporte raramente eram lucrativas e portanto tinham que ter investimento do estado, coisa que não acontecera até então. Portanto, perguntava à Sr.^a Deputada se não achava que continuava ali a haver uma contradição profunda na posição do PS, do sim mas assim não. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, disse aos Srs. Deputados que, como sabiam, o modelo do debate permitia que no tempo das perguntas se fizessem, ou perguntas ao orador ou tomadas de posição, portanto, era completamente livre o uso da palavra, assim como teria que ser. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra para responder, referiu que naquele momento não se sabia na Assembleia quem representava de facto a Câmara. -----

----- Continuou, dizendo que não tinha havido nenhuma pergunta concreta, mas “Os Verdes” agradeciam as intervenções do Deputado do PS, Rui Paulo Figueiredo, e da Mariana Mortágua, Deputada do BE. “Os Verdes” não tinham dúvidas nenhuma sobre a necessidade de manutenção dos transportes da Cidade na esfera pública. -----

----- Explicou que, como diziam na sua Recomendação, a defesa dos transportes públicos passava também por a Câmara interceder junto da CARRIS e do Metro em defesa dos direitos, dos interesses dos utentes. Passava por intervir na autoridade metropolitana de transportes para alterar os seus estatutos, para que não fosse uma mera entidade governamentalizada, como já o dissera o Sr. Presidente da Câmara, mas sim um espaço onde as autarquias tivessem uma intervenção determinante na coordenação dos diversos operadores, no planeamento e no financiamento de um verdadeiro sistema de transportes que assentasse no serviço público, e passava por valorizar o serviço público de transportes, através de uma melhoria substancial da qualidade, do conforto, da diminuição dos tempos da viagem, do aumento da segurança, da frequência e da capacidade de oferta de transportes, sem que houvesse permanentemente aumentos dos bilhetes e dos passes, uma vez que aqueles conduziam os utentes para o transporte individual. Passava por fomentar a importância das empresas públicas de transportes, impedindo o seu desmembramento, assim como despedimentos dos trabalhadores. Passava por valorizar a intervenção das empresas públicas de transportes, garantindo que recebiam, rigorosa e

atempadamente, as indemnizações compensatórias a que tinham direito da parte do organismo competente do Ministério das Finanças pelo Serviço público que prestavam, e promovendo o seu saneamento financeiro. -----

----- Esclareceu que os transportes eram para “Os Verdes” um factor essencial no acesso ao direito à mobilidade, pelo que era fundamental a existência de uma rede de transportes públicos colectivos e complementares de qualidade, que servissem as populações com preços socialmente justos. -----

----- Havia, assim, que promover a redução do transporte individual, contribuindo para uma menor dependência dos produtos petrolíferos, e em suma, contribuir para uma melhoria da qualidade ambiental, para bem de uma sociedade mais sustentável. -----

----- Reafirmou que “Os Verdes”, traziam também uma proposta àquela Assembleia. “Os Verdes” queriam repetir ali aquele apelo que haviam feito naquele dia à Mesa, propondo a organização de um urgente debate naquela Assembleia, a Casa da cidadania, para um debate temático sobre os transportes públicos na cidade de Lisboa, com convites à Autoridade Metropolitana de Transportes, ao Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, às Juntas de Freguesia, às comissões de utentes dos transportes, entre outros. Assim a Câmara e os restantes Grupos Municipais estivessem abertos a um franco debate sobre aquele tema. -----

----- Indicou que gostariam de questionar a Câmara, mas não sabiam quem era o seu representante. -----

----- **A Senhora Presidente**, então, informou que a Câmara era representada pelo Sr. Presidente quando estava, pelo Sr. Vice-Presidente quando estava em substituição do Presidente, ou pelo Sr. Vereador que tinha o Pelouro das Relações com a Assembleia Municipal, que era o Sr. Vereador Duarte Cordeiro, e aquilo estava nos documentos que haviam sido distribuídos a todos os Grupos. A Câmara estava representada pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro, além dos outros Srs. Vereadores que estavam ali, também na qualidade de vereadores. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, de novo no uso da palavra agradeceu o esclarecimento à Sr.^a Presidente, e prosseguiu a sua intervenção dizendo que gostariam de questionar, considerando todos os ataques que os transportes tinham vindo a sofrer na cidade de Lisboa, e tendo em conta que o executivo tudo tinha permitido, e sendo aquele Partido Socialista o mesmo que defendia a extinção de serviços públicos, que aprovara a reforma das Freguesias, que passara serviços e pessoal para as Juntas de Freguesia, como podia então vir defender que a CARRIS e o Metro deviam ser integrados na gestão da Câmara. Era aquilo em que queriam ser esclarecidos. -----

----- Terminou, referindo que, para “Os Verdes”, a Câmara devia ter uma postura mais ativa e reivindicativa, devia valorizar o serviço público de transportes, através de uma melhoria substancial da qualidade do conforto, da diminuição dos tempos de viagem, da capacidade de oferta, entre outras questões que estavam explanadas na Recomendação que haviam apresentado. -----

----- **A Senhora Presidente** comunicou ao Plenário que naquele modelo de debate, e de acordo com o que lhes fora distribuído, havia uns dez minutos para a Câmara

responder às várias questões que lhe tinham estado a ser colocadas. Ainda não vira sinal da Câmara para querer responder, e perguntava se queriam responder então. -----

----- Informou que havia mais uma declaração política, que era a última, dos Srs. Deputados Independentes, pelo Sr. Deputado Miguel Graça. O PNPB não se inscrevera para declaração política, e assim as declarações políticas ficariam concluídas pela do Sr. Deputado Miguel Graça e respetivo debate, se o houvesse a seguir. Perguntava se a Câmara preferia responder no fim. Presumia que assim era. ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra para fazer uma declaração política, começou por dizer que, antes de começar a declaração política, por lapso não haviam colocado uma questão em tempo útil ao BE, relativamente à Moção n.º 2, “Por uma solução face ao encerramento do Centro LGBT de Lisboa”, até porque a sua dúvida prendia-se com o facto de ser dito e descrito na Moção e nos considerandos, especialmente no ponto quatro, matérias que, pelo menos do seu conhecimento não eram assim, portanto, a Câmara tinha uma relação e tinha uma ligação já com a ILGA relativamente àquele assunto, portanto, estava em contacto, estava a procurar encontrar uma solução. -----

----- Mencionou que era aquela a informação que tinham e, inclusivamente, a Câmara era apoiante de alguns dos eventos que eram ali referidos e portanto, antes de começarem a sua declaração política, faziam um apelo à Câmara que estava ali presente, para se podia responder às questões ali levantadas pela Moção do BE, que pediam para serem alteradas, especialmente retirar o ponto quatro, se achassem que os esclarecimentos da Câmara assim o proporcionasse, assim como reverem a sua parte deliberativa, em que dizia que “envide todos os esforços para encontrar uma solução definitiva”, porque a informação que tinham era que já estavam a encontrar uma solução, e o interesse ali era que encontrasse em tempo útil. Deixavam, portanto, só aquela recomendação ao BE, e o pedido à Câmara para que esclarecesse antes de começar a declaração política. -----

----- Disse que a enorme crise económica que se seguira ao colapso financeiro e ao resgate de dois mil e onze e que assolava o país havia quatro anos e até então, atingira uma tal dimensão que eram já os ideólogos da teoria da destruição criativa e da austeridade expansiva a afirmar que se fora longe demais na receita ou que afinal, e contra o que o que a propaganda oficial exhibia, não se haviam feito as reformas, ditas estruturais, que o país precisava. -----

----- De facto, longe iam os tempos em que o memorando era assinado a três, em que o famigerado ajustamento, devia ler-se empobrecimento e destruição da base produtiva do país, se faria dois terços do lado da despesa e um terço do lado da receita. Em que o novo Governo de tanto se orgulhar de ter como programa os ditames da TROIKA, até afirmava que iria mais longe nas metas propostas. Em que os amanhã que cantavam, então vestidos de laranja, estavam ao alcance de todos no final dos três anos de austeridade. Em que o país renasceria das cinzas com novo vigor económico e um futuro promissor na União Europeia. Em que o comportamento de bom aluno não seria reconhecido como apontado com um exemplo a seguir. -----

----- Afirmou que pagara caro o povo português aquelas ilusões, para que fora arrastado por governantes mais preocupados em agradar aos mentores financeiros do poder monolítico europeu, do que pensar em alternativas viáveis e adaptadas às condições reais de um país à beira da bancarrota. Mas até por aquilo, fragilizado no seu amor-próprio e na mobilização das suas forças endógenas. -----

----- Em vez daquilo, preferira-se adoptar o discurso da expiação dos pecados colectivos, tão do agrado das narrativas calvinistas do norte europeu, em que até o natural aproveitamento das baixas taxas de juro, para satisfazer necessidades e aspirações básicas de um povo, fora apresentada como consumismo desenfreado e pecaminoso a corrigir tão depressa quanto possível. -----

----- Defendeu que os resultados daquela deriva, comandada pelos verdadeiros responsáveis pela crise que se abatera sobre as economias ocidentais, estavam então à vista de todos: Destruição do tecido produtivo do país, venda ao desbarato e sem qualquer orientação estratégica de setores fundamentais para a economia, desemprego a níveis nunca vistos, uma dívida externa presentemente nos cento e trinta por cento do PIB, uma verdadeira sangria da incipiente classe média dos trabalhadores da Função Pública, a constante quebra dos compromissos sociais assumidos com os reformados e os pensionistas, o retorno a níveis de pobreza só comparáveis com o período anterior ao 25 de Abril, o progressivo dismantelamento do estado, como inspirador e organizador das políticas públicas e prestador de serviços sociais universais, a asfixia das universidades e a quase destruição dos programas de investigação e desenvolvimento, uma juventude sem esperança, forçada a emigrar e sem condições para constituir família. -----

----- Mas se o povo e o país haviam empobrecido, outros havia que continuavam a enriquecer e a olhar para tudo aquilo com a sobrançeria dos que não conheciam as dificuldades do dia-a-dia. Em relação àqueles interesses poderosos o Governo havia sido fraco. Das rendas excessivas, dos monopólios naturais e das comunicações, às PPPs, passando pelas transacções especulativas do sector financeiro, ou pelos consumos intermédios do estado - eufemismo para designar os mais de vinte mil milhões de euros por ano que o Estado pagava anualmente em aquisições de serviços e consultores que povoavam a administração pública, nada ou muito pouco fora feito. Afinal os sacrifícios não eram mesmo para todos. E se era certo que alguns indicadores macroeconómicos começavam a apresentar valores positivos, aquilo devia-se mais ao esforço de iniciativas privadas e de algumas empresas e dos seus trabalhadores, ao proverbial desenrascanço dos portugueses, do que as políticas públicas dirigidas ao crescimento económico e à modernização do tecido produtivo. --

----- Questionou o que podia fazer o Município de Lisboa enquanto governo de Cidade e entidade política mais próxima da sua população, perante aquele panorama desolador. Desde logo, dando consistência à ideia de construir uma cidade em contraciclo, portanto, uma cidade que respondesse com solidariedade aos mais desprotegidos e afetados pela crise, que apoiasse as iniciativas locais de emprego e desenvolvimento e entreaajuda comunitária, que poupasse no que não era essencial e que analisasse os escassos recursos disponíveis para onde o seu efeito multiplicador

social era mais promissor, que recusasse o estigma da segregação do que era diferente e soubesse promover a coesão social, que não aceitasse o pensamento único de que só o mercado podia gerar riqueza e só a gestão privada era eficiente, mostrando na prática como a acção do Município e das suas empresas respondia com eficácia e rigor aos anseios e necessidades da população, e de como era com elas que se podia proceder aos reequilíbrios financeiros que possibilitavam manter preços sociais onde eles eram necessários e obter os lucros que os compensavam da procura que os podia suportar. -----

----- Afirmou que era na Cidade que os direitos das pessoas tinham que ser respeitados e salvaguardados pelos que era naquilo que a acção do Município tinha que se concentrar então. Tal significava, em primeiro lugar, reforçar as suas políticas sociais, disponibilização dos equipamentos colectivos de proximidade que a Cidade necessitava e assumindo um maior protagonismo no acesso ao transporte colectivo.----

----- Partindo do conhecimento concreto da população, das suas carências e potencialidades, não cedendo a leituras ideológicas da realidade, mas sabendo tratar os problemas com pragmatismo e procurando envolvimento de todos os que boa vontade tinham para os resolver. -----

----- Mencionou que naquele domínio, fora importante a criação de um Pelouro dos Direitos Sociais, mas para fazer face à dramática situação que se vivia, e que o futuro próximo não traria melhorias significativas para o quotidiano de muitos, como ainda recentemente haviam reconhecido os troikistas internos e externos, havia que adoptar aquela área de intervenção da Câmara Municipal, os meios necessários para não defraudar as expetativas criadas e responder atempadamente aos que mais precisavam.

----- Em segundo lugar, em estreita ligação com os restantes direitos sociais, havia que dar continuidade à política habitacional desenvolvida no anterior mandato, pois não só a habitação era um dos primeiros direitos constitucionais, como o direito a uma habitação condigna tinha vindo a ser sucessivamente ameaçada pelo Governo. Aliás, por aquele motivo haviam escrito com o PS uma Moção sobre aquele tema. -----

----- Por outro lado, importava desenvolver uma política de reabilitação do edificado, que não tivesse só em conta as atuais insuficiências do mercado imobiliário e descapitalização de boa parte dos proprietários particulares, como desenvolvesse fórmulas inovadoras para ultrapassar aquele constrangimento de que as experiências de sucesso do programa “Reabilita Primeiro, Paga Depois” era um exemplo. -----

----- Defendeu que a um nível político mais vasto, era preciso reivindicar a responsabilidade do Governo no funcionamento dos programas de habitação social no próximo quadro comunitário para aquele domínio da atuação do Município. -----

----- A contribuição da Câmara para uma melhor e mais humana abordagem aos problemas da habitação e da reabilitação da Cidade, tivera repercussões quando se começara a olhar para aqueles problemas. O exemplo que a Câmara podia dar naquele domínio seria devidamente apreciado e certamente contribuiria para lançar as sementes da mudança. Não se podiam esquecer ou minorar aquela responsabilidade.---

----- Referiu que a Câmara não podia arcar sozinha com as imensas tarefas que a resposta à crise social que actualmente afectava a todos exigia. Desenvolver e

potenciar ao máximo a capacidade de resposta da plataforma e que actualmente envolvia mais de trezentas instituições de solidariedade social, era portanto uma exigência a que não podiam deixar de dar a maior atenção e esforço. -----

----- Por outro lado, a parceria desenvolvida com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa tinha que se assumir em todas as suas potencialidades, como a efetiva co-responsabilização nos programas e apoios a equacionar e a pôr no terreno. -----

----- Comentou que pôr em prática um programa em contraciclo não era tarefa fácil, nem se compaginava com pequenos ajustamentos ao modo normal de funcionamento do Município. De facto, não se tratava apenas de afetar um pouco mais de recursos àquelas áreas de atuação da Câmara, o que sendo necessário não seria suficiente. -----

----- O desafio que tinham pela frente era o de terem a coragem de estar à altura das atuais circunstâncias e saberem repensar prioridades e aceitarem protelar no tempo alguns projetos que, sendo sem dúvida importantes para a afirmação de Lisboa como capital e cidade de referência, teriam de ser eventualmente faseados na sua concretização, libertando daquele modo recursos humanos e financeiros para acorrer às emergências com que a população de Lisboa se confrontava. -----

----- Concluiu, questionando se estariam, enquanto executivo municipal, preparados para aceitar aquele desafio de desenvolver uma cidade mais solidária, uma cidade de justiça e de direitos sociais empenhados numa distribuição mais equitativa dos benefícios de viver em Lisboa. Queriam crer que sim. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinham três vereadores inscritos para responder às várias questões que haviam sido suscitadas, e que eram o Sr. Vereador Rui Franco, a Sr.^a Vereadora Paula Marques e o Sr. Vereador Duarte Cordeiro. Os dez minutos era o tempo de que a Câmara dispunha, teriam portanto que ser económicos nas suas intervenções. -----

----- **O Senhor Vereador Rui Franco**, no uso da palavra para responder, cumprimentou todos em particular os Deputados do BE, proponentes da Moção n.º 2 e também o Deputado do PAN, que também comentara aquela matéria. Dirigia-se a eles para prestar alguns esclarecimentos a propósito da Moção por uma solução face ao encerramento do Centro LGBT de Lisboa, declarando que o Pelouro dos Direitos Sociais acompanhava a direcção da ILGA, aliás, desde o mandato anterior sobre as condições das instalações que usufruía na Rua de São Lázaro. -----

----- Esclareceu que acompanhara com a direcção da ILGA a avaliação do uso daquele espaço face à deterioração que era conhecida, e já no mandato anterior, com a direcção da ILGA, tinha acompanhado a apresentação de uma série de espaços alternativos para o realojamento, que fora opção consciente e acompanhada pelo Pelouro, mas da Direcção da ILGA, permanecer naquele espaço, ciente dos riscos que estavam envolvidos, face às alternativas que até então tinham sido encontradas. -----

----- Mencionou que o Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais estivera já no atual mandato, diversas vezes no local com a Direcção da ILGA, ainda com o espaço a funcionar, e acompanhara em particular a decisão da ILGA de suspender os serviços que lá exercia face à recomendação do Regimento de Sapadores Bombeiros. Desde então, o Vereador João Afonso levava já a Direcção da ILGA a visitar e a avaliar

diversas opções de realojamento disponíveis, face ao programa pretendido pela ILGA, nomeadamente, face à sua localização central na Cidade, às áreas necessárias e aos espaços de carácter mais privado e mais público que pretendiam. -----

----- Desde logo, fora já encontrado um espaço para o restabelecimento dos serviços de apoio telefónico que fora bem acolhido e aceite pela Direção da ILGA, portanto a resolução imediata estava naquele momento já resolvida, pelo menos de uma forma transitória, mas fora também naquele mesmo dia de manhã identificado um possível espaço para realojamento definitivo na Baixa de Lisboa, portanto, com a maior centralidade possível, com um espaço público ao nível do piso térreo, mas também com uma área substancial privativa para trabalho dos serviços e para atendimento mais particular. -----

----- Terminou, referindo que com o Pelouro dos Direitos Sociais, mas também o Pelouro do Vereador Duarte Cordeiro e o Conselho de Administração da EGEAC, estava a ser naquele momento preparado um protocolo, portanto, matéria largamente conhecida e acompanhada pela Direção da ILGA, que sustentasse de forma plurianual e com estabilidade o financiamento e os vários apoios prestados pelo Município a atividades como, nomeadamente, o evento a ser realizado anualmente no Terreiro do Paço. -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, disse que o objetivo da sua resposta seria em torno das moções relativas às políticas de transporte, mas também à questão dos mercados apresentada pelo CDS. -----

----- Prosseguiu, referindo em primeiro lugar que a posição que a Câmara Municipal tinha em relação à questão dos transportes era absolutamente clara; Sempre fora contra a privatização, pensava que não havia dúvidas sobre o tema, e pensava que também fora contra a degradação do serviço público e sempre contra a redução do acesso aos transportes públicos na Cidade. Sobre aquela matéria não havia dúvida, aliás, a Câmara assumira uma posição clara em dois mil e treze, e ao contrário do que ali fora dito por algumas bancadas, nomeadamente pelo BE, a questão da titularidade era fundamental, a não ser que as bancadas de determinados partidos entendessem que a diminuição ou enfraquecimento da posição da Câmara Municipal naquela negociação era um detalhe. -----

----- Referiu que como a Câmara Municipal não entendia que a titularidade fosse um detalhe, nem a posição de força que a Câmara Municipal podia ter naquela matéria, entendia que a titularidade era fundamental. Aliás, fora dito aquilo na reunião de Câmara, e era seu entendimento que competia ao Município, e não ao Governo a titularidade e as atribuições e competências para gerir e explorar as redes de transportes público urbano na Cidade. Entendiam que o quadro legal não previa qualquer exceção, nem para o Município, apesar de havia trinta e oito anos vigorar uma exceção no Município de Lisboa, e se o Governo se pretendia demitir da sua responsabilidade, então talvez aquela exceção já não fizesse sentido continuar a vigorar. -----

----- Entendiam também que era da exclusiva competência do Município matérias como, por exemplo, a autorização de ocupação do espaço público, por exemplo, em

matérias como a colocação das paragens. Não lhe parecia que aquilo fosse um detalhe no que dizia respeito à política de transportes, portanto, entendiam que não podia haver nenhuma decisão sobre a política de transportes sem o reconhecimento integral dos direitos patrimoniais do Município de Lisboa, e aquilo fora dito a seu tempo em dois mil e treze. -----

----- Queria também aproveitar aquele momento para informar aquilo de que haviam sido informados – o Governo decidira informar a Câmara Municipal de Lisboa que estava suspensa qualquer decisão adicional da CARRIS no que dizia respeito à suspensão de carreiras ou redução de horários, e achava que da parte da CML competia também informar a AML de que fora informada pelo Governo daquela matéria. -----

----- Explicou que em relação aos mercados e à política de mercados da Cidade, estavam naquele momento num processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia. A CML sempre entendera que a gestão dos mercados municipais era algo que, no que dizia respeito a alguns casos, poderia ser gerido de forma mais eficaz e mais próximo, por parte das Juntas de Freguesia, e naquele processo de transferência de competências, sempre fora muito claro, muito transparente e muito aberto na relação com todas as Juntas de Freguesia, quanto ao seu entendimento de quais eram os mercados que entendiam ter condições para ser mercados estruturantes, nomeadamente, porque tinham projetos que tinham sido lançados pela Câmara Municipal, como era o caso do Mercado de Campo de Ourique ou o Mercado da Ribeira, eventuais mercados que estavam em processo de transição no que dizia respeito ao seu projeto futuro, como era o caso do Mercado do Rato, e em todos eles, quer no último caso em concreto, quer nos outros que haviam sido transferidos para as Juntas de Freguesia, tinham existido sempre um diálogo, franco, aberto e participante com todas as Juntas de Freguesia. -----

----- No entanto, entendia a Câmara Municipal que, independentemente da gestão dos mercados passar para as Juntas de Freguesia a Câmara não se demitiria da sua responsabilidade de definir uma política municipal para os mercados. Portanto, entendiam que era um bom tempo para o desafio feito pelo CDS para, findo aquele processo da transferência de competências, passar a definir uma política municipal para os mercados, procurando respeitar as especificidades de cada mercado e nomeadamente no seu contexto com as Freguesias. -----

----- Concluiu, referindo ainda que tinham tido ações de promoção dos mercados, ao contrário do havia sido dito. Tinham-no feito em ações em parceria com a “Doca-Pesca”, tinham-no feito recentemente em ações em parceria com o “Marlo” e iam continuar a fazê-lo. Não se iam demitir da sua responsabilidade, nem nos mercados que geriam diretamente, nem naqueles que eram geridos pelas Juntas de Freguesia. Entendiam que eram parceiros e continuariam naquele domínio a trabalhar em conjunto. -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, referiu que seria rápida e que ia responder à Moção n.º 1, apresentada pelo PS naquele dia ali naquela Assembleia. Naturalmente, era preocupação da Câmara Municipal de Lisboa e muito

em particular do Pelouro da Habitação de Desenvolvimento Local, a questão da habitação de forma lata. -----

----- Continuou, referindo que se associariam a qualquer Moção, fosse do PS ou de qualquer outra força política, em iniciativas que visassem a revogação ou pedido de revogação da Lei n.º 31/2012, porque entendiam que ao longo do mandato anterior, tinham acompanhado em determinadas circunstâncias algumas sessões com população variada, sobre quem recaía essencialmente a aplicação daquela Lei, e aquilo que mais os preocupava e continuava a preocupar era o sentimento de insegurança e de alarme que a aplicação daquela Lei gerava na população visada, muito em particular na população muito idosa, muitas vezes com um nível de iliteracia muito grande e que, não escassas vezes, eram o suporte de gerações mais novas, que por razão de verem os seus rendimentos reduzidos, muitas vezes regressavam a casa dos progenitores, e muitas vezes a casa dos avós. -----

----- Apontou que aquela população era, portanto, duplamente atingida, ou diretamente pela situação dos fracos rendimentos que tinham e por se verem numa situação de perda de habitação, e muitas vezes a perda de habitação era também de agregados familiares que haviam regressado por força das circunstâncias às suas casas. Portanto, a aplicação da Lei em si, e a forma como ela era aplicada era muito desproporcional em termos de capacidade de resposta. -----

----- Muitas vezes as pessoas com medo de incumprimento respondiam diretamente ao valor que era proposto pelo senhorio, para não ficar em incumprimento, não se apercebendo que estavam a aceitar tacitamente o valor proposto e portanto ficando em situação de fragilidade. -----

----- Concluindo, queria dizer que aquela preocupação era preocupação do Município, como era preocupação do Município a atribuição dos fogos disponíveis às famílias de carência extrema, através de regulamento municipal, como todos os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas conheciam, o que achavam era que não era aceitável que fosse o Município de Lisboa a suportar ou a suprir as situações resultantes da aplicação de medidas da administração central, muitas vezes quando o Município não era dotado de meios necessários para o poder fazer. -----

----- **O Sr. Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra para fazer uma interpelação à Mesa e um pedido de esclarecimento, disse que no seguimento da intervenção do executivo, e num sinal de abertura do BE, numa tentativa de concretizar um arco pela igualdade e uma aliança pelos direitos contra o conservadorismo medieval, estavam disponíveis para alterar a sua Moção sobre o Centro LGBT, nomeadamente, retirando o ponto quatro dos considerandos e, na parte deliberativa, passariam a avançar com uma formulação, e citou, “Considerando a informação prestada pelo executivo durante o debate, a AML reunida em Plenário em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e catorze, delibera instar a CML para, no mais curto espaço de tempo possível, concretizar a mudança e instalação do Centro LGBT de Lisboa para a sua nova morada na Baixa de Lisboa ” e continuou, indicando que se devia manter o ponto n.º 2. -----

----- **A Senhora Presidente**, solicitou que lhe fizessem chegar o documento à Mesa para que no momento da votação pudessem verificar o que se estava exatamente a votar. -----

----- Continuou, informando que os Srs. Deputados Independentes informavam que subscreviam a Moção n.º 1 do PS, relacionada com a revogação imediata da Lei n.º 31/2012, e que havia uma alteração que a Mesa indicaria devidamente na Recomendação n.º 1, do PEV havia uma alteração. O PCP tinha pedido havia pouco a votação por pontos, mas então pensava que havia uma alteração e já não seria necessária a votação por pontos. Iriam então promover a votação naquelas condições.

----- Começava por dizer que no guião de votações, o tema um, era o tema três, porque era o tema da Comissão n.º 3, da terceira Comissão Permanente. Era um lapso da Mesa e pediam desculpa. Iam votar os documentos por ordem de entrada, mas tinham-nos classificado por assuntos para facilitar a sua monitorização. -----

----- Portanto, o primeiro tema que ia ser votado era a Moção n.º 1, apresentada pelo PS e subscrita pelos Srs. Deputados Independentes e também por si mesma, que também fazia parte dos Deputados Independentes, “Pela Revogação Imediata da Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto”, e o sub-tema era “Arrendamento Urbano” e os temas eram da Terceira Comissão. -----

----- **A Senhora Presidente** deu então início ao processo de votação dos documentos, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Mocção N.º 1** (apresentada pelo PS e subscrita pelos Deputados Independentes e pela Presidente da AML) - -----

----- **Aprovada, por maioria**, com os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, 4 IND, os votos contra do PSD e CDS-PP, e a abstenção do PNP. -----

----- **Mocção N.º 3, Ponto n.º 1** (rectificada, e subscrita pelo PCP) - -----

----- **Aprovado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, e 4 IND, os votos contra do PSD e CDS-PP, e a abstenção do PNP. -----

----- **Mocção N.º 3, Pontos n.ºs 2, 3, e 4** (rectificada, e subscrita pelo PCP) - -----

----- **Rejeitados**, com os votos favoráveis do PCP, BE, PEV, PAN e MPT, os votos contra do PS, PSD, CDS-PP e 4 IND, e a abstenção do PNP. -----

----- **Mocção N.º 2** (Rectificada, e apresentada pelo BE) - -----

----- **Aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 4 IND, e a abstenção do MPT e de 2 Deputados Municipais do PSD. -----

----- **Recomendação N.º 1, pontos n.ºs 1, 3, 4, 5, 6, e 7** (apresentada pelo PEV) - ----

----- **Aprovados por maioria**, com votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 4 IND, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- **Recomendação N.º 1, ponto n.º 2** (rectificado) - -----

Aprovado por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, e 4 IND, e os votos contra do PSD, CDS-PP e PNP. -----

----- **Recomendação N.º 2** (apresentada pelo BE) - -----

----- **Rejeitada**, com voto favorável do BE, votos contra do PS, PEV, PCP, PNP, CDS-PP, MPT e PAN, e abstenção do PSD e 4 IND. -----

----- **Recomendação N.º 3** (rectificada, e apresentada pelo CDS-PP) - -----
----- **Aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, PSD, BE, CDS, MPT, PAN, PNP e 4 IND, o voto contra do PCP e a abstenção do PEV. -----
----- **A Senhora Presidente**, em seguida, e respondendo a um aparte da Bancada do PCP, pedindo a palavra para uma intervenção final, respondeu que ia esclarecer a situação e consultou o documento. -----
----- O que dizia o documento que fora distribuído era que eram oito minutos para a intervenção inicial de cada Grupo Municipal e do conjunto dos Deputados Independentes. Cada Grupo e o conjunto dos Deputados Independentes tinham ainda quinze minutos para perguntas ou intervenções sobre as intervenções iniciais, quatro minutos para a intervenção final de cada Grupo Municipal e do conjunto dos Deputados Independentes, dez minutos para a Câmara. A interpretação do PCP era que não haviam usado aqueles quatro minutos. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, confirmou então que não tinham usado. -----
----- **A Senhora Presidente** informou que a Mesa ia propor uma solução para se resolver aquilo e não ficarem ali a resolver questões processuais e deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo que a tinha pedido para interpelar a Mesa. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, para fazer uma interpelação à Mesa, começou por afirmar que não sabia que solução a Mesa iria propor, mas aquele assunto tinha sido debatido muitas vezes na Conferência de Líderes, portanto, o que sugeria ao Sr. Deputado Modesto Navarro era que se entendesse com o Líder do Grupo Municipal do PCP, porque a interpretação que fora deliberada em Conferência de Líderes e no Regimento era muito clara; Havia uma intervenção inicial, havia pedidos de esclarecimento e havia uma intervenção final de resposta aos pedidos de esclarecimento. -----
----- Reafirmou que não havia outra interpretação, e se fosse preciso visitar aquele assunto, deviam fazê-lo em sede de Conferência de Líderes e de Regimento, mas não ali no Plenário. -----
----- **A Senhora Presidente** comunicou que aquela também fora a interpretação que a Mesa fizera, e fora a interpretação que os outros Grupos tinham feito. Pelos vistos, o Grupo do PCP não fizera aquela interpretação, e o Representante do PCP não estava presente para testemunhar o que se passara em Conferência de Representantes. -----
----- Avançou que a bem do debate e para não se criarem dificuldades, e uma vez que tinham tempo, a título excepcional ia efetivamente conceder aqueles quatro minutos, a menos que quisessem recorrer da decisão da Mesa. Se não concordavam, tinham que pôr à consideração do Plenário. Os Senhores Deputados recorriam e punha-se à votação. -----
----- Elucidou que, uma vez que na Mesa também havia acordo com o que o Sr. Deputado estava a dizer, e estando ela isolada ali na Mesa, o que já não era a primeira vez naquele dia, não tinha outro remédio senão devolver à Assembleia. O Plenário tinha direito de recorrer das decisões da Mesa, a Mesa nem sequer podia decidir porque tinha duas pessoas com opiniões diferentes e a Presidente não tinha maioria na

Mesa, portanto, ia naquele momento colocar a questão ao Plenário, no sentido de se saber se admitiam ou não admitiam – em seguida ia formular exatamente a pergunta. Portanto, pedia ao Sr. Deputado Modesto Navarro que se sentasse novamente, e pedia desculpa. -----

----- O Recurso era o seguinte; A Presidente procurara admitir a intervenção do Sr. Deputado Modesto Navarro, e a Mesa não estava de acordo. O PS suscitara a questão, portanto iam votar. -----

----- **Admissão da intervenção final e da interpretação feita pelo PCP** -----

----- **A Senhora Presidente** deu então início ao processo de votação relativo à submissão ao Plenário das intervenções finais, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar** a decisão do Plenário, com os votos favoráveis do PCP, PEV, MPT, PAN, PNP, PSD e da Presidente da AML, os votos contra do PS e 4 IND, e as abstenções do BE e CDS-PP. -----

----- **Rejeitada**, com os votos favoráveis do PCP, PEV, MPT, PAN, PNP, PSD e Presidente da AML, os votos contra do PS e 4 IND, e as abstenções do BE e CDS-PP. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que iriam procurar que na redação final do regimento aquilo ficasse bem claro, para que não houvessem dúvidas interpretativas, uma vez que aquilo era apenas uma interpretação de uma coisa que ficaria em Regimento e ficaria certamente bem claro. -----

----- O Sr. Deputado poderia, se quisesse, entregar a sua intervenção como declaração de voto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, respondeu que o que iria fazer era uma declaração de voto, era um protesto, era a justificação das votações do PCP, e achava que aquilo deveria ter sido feito como intervenções finais, pela leitura que fizera. -----

----- **A Senhora Presidente**, disse que não lhe podia dar a palavra porque a Assembleia não autorizara, mas se o Sr. Deputado entregasse o documento na Mesa constaria a data. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, perguntou se podia fazer um protesto. -----

----- **A Senhora Presidente**, disse que podia fazer o protesto, mas que o protesto naquele momento era em relação a uma deliberação democrática da Assembleia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, disse que fazia o protesto porque, realmente, pela leitura do Regulamento, ficara claro para ele que antes das votações – e ainda tentara inscrever-se e não o conseguira – havia declarações finais dos Grupos. Fora aquela a leitura que fizera, portanto - era só ler o texto, que era claro - mas o que queria reafirmar então para terminar era que, afinal de contas, o PS votava contra a matéria que o PCP tinha proposto. -----

----- **A Senhora Presidente**, então, transmitiu que a Mesa pedia a compreensão do Sr. Deputado, e que entregasse a sua intervenção na Mesa, por favor, porque fora aquele o resultado da votação da Assembleia. -----

----- Seguidamente, **A Senhora Presidente** desejou boa noite e agradeceu aos Senhores Deputados, informando ainda que iriam receber a convocatória para as

próximas sessões no dia onze de março. Na semana seguinte não haveria reuniões da Assembleia Municipal. -----

----- **Nota:** As propostas aprovadas na presente reunião consideram-se aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, inserida na página cinco da acta número dois. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a Reunião. -----

----- Eram dezanove horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Eu _____, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----